

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
PROJETO EXPERIMENTAL EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA I – MONOGRAFIA

**Edna Miola**

**CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI:**

história, funcionamento e representatividade

**Porto Alegre**

**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**  
**PROJETO EXPERIMENTAL EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA I – MONOGRAFIA**

**CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI:**  
história, funcionamento e representatividade

**Edna Miola**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharel em  
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda.

**Orientadora: Marcia Benetti Machado**

**Co-orientador: Sean Hagen**

**Porto Alegre**

**2005**

Agradeço à secretaria do Conselho Deliberativo, na figura de Liana Zogbi, pelo acesso ao material documental disponível;

Aos que colaboraram nas entrevistas, especialmente Vitor Zatti Faccioni, por dedicarem seu tempo e experiência ao desenvolvimento deste trabalho;

À Professora Márcia Benetti Machado, por sua disponibilidade como orientadora e por provar que eu nunca estive errada ao admirar sua competência;

Ao Sean Hagen, pelo presente da co-orientação dedicada e estimulante;

À minha irmã, Nádia, pelas pequenas e grandes concessões;

Ao Diego, por estar ao meu lado e me desafiar a cada momento;

Aos meus pais, Bernadete e Romeu, pela compreensão, pelo apoio e pelas asas.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	8
2 A TVE-RS NO CONTEXTO DA TELEVISÃO PÚBLICA .....	12
2.1 TVEs no Brasil.....	14
2.2 TVE-RS .....	16
2.3 Modelo de Gestão .....	25
3 CONSELHO DELIBERATIVO .....	32
3.1 Estrutura.....	37
3.2 Diretrizes da Fundação Cultural Piratini .....	44
4 ANÁLISE DO CONSELHO DELIBERATIVO .....	49
4.1 Ingerência do estado .....	50
4.2 Representatividade.....	54
4.3 Funcionamento.....	60
5 CONCLUSÕES .....	77
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXOS .....	86

## ABREVIATURAS

APTC	Associação Profissional dos Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul
ARI	Associação Riograndense de Imprensa
ARP	Associação Riograndense de Propaganda
Comissão AL	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado
CPERS/SINDICATO	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FARSUL	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FEDERASUL	Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fórum de Reitores	Fórum Estadual de Reitores
Funcionários da Fundação	Funcionários da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão
Secretaria de Cultura	Secretaria de Estado da Cultura
Secretaria de Educação	Secretaria de Estado da Educação
Sindicato dos Jornalistas	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul
Sindicato dos Músicos	Sindicato dos Músicos do Rio Grande do Sul
Sindicato dos Radialistas	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul
SINEPE-RS	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio Grande do Sul
SINPRO/RS	Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão.....	26
Figura 2: Quadro da composição do Conselho por esferas de atuação .....	55
Figura 3: Gráfico da composição do Conselho por esferas de atuação .....	56
Figura 4: Gráfico de frequência nas reuniões do Conselho Deliberativo – 2002 .....	68
Figura 5: Gráfico de frequência nas reuniões do Conselho Deliberativo – 2003 .....	69
Figura 6: Gráfico de frequência nas reuniões do Conselho Deliberativo – 2004 .....	70
Figura 7: Gráfico de frequência nas reuniões do Conselho Deliberativo – 2005 .....	70
Figura 8: Gráfico de frequência dos conselheiros – 2002 .....	72
Figura 9: Gráfico de frequência dos conselheiros – 2003 .....	73
Figura 10: Gráfico de frequência dos conselheiros – 2004 .....	74
Figura 11: Gráfico de frequência dos conselheiros – 2005 .....	75

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão e se propõe a investigar sua história recente, funcionamento e representatividade. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa inclui revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas em profundidade. Este estudo contextualiza a criação do Conselho Deliberativo, a partir da história da TVE-RS, e o discute como órgão de representação social; analisa as relações entre governo do Estado, Fundação Cultural Piratini e Conselho Deliberativo; interpreta seu funcionamento a partir de seu Regimento, estrutura e membros. Conclui que o Conselho Deliberativo não atende plenamente às funções para o qual foi criado, o que resulta, basicamente, das forças políticas presentes no seu relacionamento com a direção executiva da Fundação e da falta de cultura de representação de seus membros.

**Palavras-chaves:** Televisão pública. Conselho Deliberativo. Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão. TVE-RS.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão. O Conselho Deliberativo foi instituído com o propósito de democratizar a administração da Fundação Cultural Piratini através da presença da sociedade discutindo as decisões da direção executiva desta entidade.

O objetivo da pesquisa é a investigação do funcionamento do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini através de suas funções regimentais, seu relacionamento com a direção executiva da Fundação e a representatividade e o posicionamento de seus membros.

A primeira etapa se deu através de revisão bibliográfica, “[...] etapa fundamental e primeira de uma pesquisa que utiliza dados empíricos [...]” (STUMPF, 2005, p. 51), que indicou a inexistência de obras específicas a respeito do objeto de estudo. A bibliografia utilizada, portanto, teve objetivo de contextualizar a TVE-RS e a Fundação Cultural Piratini através do histórico das televisões públicas no Brasil e histórico da emissora.

Devido à inexistência de bibliografia específica, recorreu-se à técnica de análise documental, que “é qualitativa: verifica o teor, o conteúdo do material [...]” (MOREIRA, 2005, p. 272). O material coletado era formado por documentos oficiais, como Constituições, Estatutos e Regimentos, tabelas de presença, Atas de reuniões do Conselho e documentos por ele produzidos, constituindo-se, basicamente, de “fontes primárias” (MOREIRA, 2005, p. 272). Ao todo foram analisadas 112 Atas de reuniões do Conselho, assim como dois documentos sobre as diretrizes e as finalidades da Fundação



Cultural Piratini produzidos pelo Conselho, disponíveis no site da Fundação Cultural Piratini, e listas de presenças às reuniões dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, fornecidas pela secretaria do Conselho.

Na busca pelo material documental a respeito do Conselho Deliberativo, a pesquisadora se deparou com deficiências de sistematização documental, como a falta de padronização das Atas das reuniões, que nem sempre demonstram a riqueza das discussões realizadas nas reuniões, o não arquivamento de pareceres elaborados pelas comissões permanentes e a indisponibilidade das tabelas de presença das reuniões do Conselho no período de 1995 a 2001. Ainda assim, o material disponível é rico e amplo e parte dele está disponível a toda a sociedade através da página do Conselho na Internet, o que demonstra que algumas das tentativas de dar visibilidade às ações do órgão foram postas em prática. Este trabalho busca, entre outras coisas, sistematizar a documentação disponível e evidenciar um objeto de estudo que não esgotou suas possibilidades de problematização.

Para a complementação das informações sobre o funcionamento do Conselho e a obtenção de avaliações e opiniões, foi utilizada a entrevista em profundidade que tem, entre suas principais qualidades, flexibilidade de permitir ao entrevistado definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas, procurando intensidade nas declarações, não quantificação ou representação estatística (DUARTE, 2005, p. 62). O modelo de entrevista adotado foi qualitativo, com questões semi-estruturadas, semi-aberta com respostas indeterminadas e abordagem em profundidade (DUARTE 2005, p. 65).

As declarações foram coletadas no período entre 13 de outubro e 8 de novembro de 2005, num total de sete entrevistas de aproximadamente 45 minutos de duração cada. Os entrevistados foram selecionados segundo uma combinação de critérios temporais (em que período atuaram), participativos (que posicionamento tiveram nas

discussões relatadas pelas Atas) e de importância (no contexto de criação e consolidação do Conselho e da Fundação Piratini), buscando “[...] visões e relatos diversificados sobre os mesmos fatos [...]” (DUARTE, 2005, p. 69). Assim, foram entrevistados:

a) 19/10/2005: José Antonio Dios Vieira da Cunha, jornalista, presidente da Fundação Piratini entre 1995 a 1999, período de criação do conselho;

b) 07/11/2005: Ruy Carlos Ostermann, jornalista, primeiro presidente da mesa diretora do Conselho e representante eleito entre 1995 e 2001;

c) 27/10/2005: Vitor Zatti Faccioni, comunicador e empresário, vice-presidente, secretário e atualmente é presidente da mesa diretora. Representa a FEDERASUL desde 1997;

d) 26/10/2005: Márcia Escobar representante dos funcionários da Fundação Piratini no Conselho entre 1999 e 2001;

e) 28/10/2005: Christa Berger, doutora em Comunicação, conselheira indicada pelo Fórum de Reitores entre 2001 e 2002;

f) 08/11/2005: Mario Ronaldo Oliveira da Silva, gerente de educação do SESI-RS, indicado em 2005 para ser o representante da FIERGS;

g) 13/10/2005: Liana Zogbi, servidora da Fundação Piratini, secretaria o Conselho desde sua fundação.

A Fundação Cultural Piratini, em sua estrutura, envolve a emissora de televisão TVE-RS e a emissora de rádio FM Cultura. Porém, no âmbito do presente estudo, o aprofundamento dado à TVE-RS, e não à Rádio FM Cultura, se justifica pelo interesse na contribuição aos estudos sobre televisão pública.

O interesse em estudar o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini é fruto de uma disposição anterior em pesquisar a televisão pública e suas relações com o Estado. A premissa inicial estava relacionada às ingerências que os estados, em geral, exercem sobre os veículos que, por natureza, deveriam estar nas mãos da sociedade. Na pretensão de situar o estudo geograficamente, selecionou-se a TVE-RS, a televisão pública com cobertura estadual no Rio Grande do Sul. A partir desse recorte inicial e sua investigação preliminar, constatou-se a existência de um órgão relativamente recente na história da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão: o Conselho Deliberativo. O Conselho, à primeira vista, constitui-se no ambiente mais propício para o desenvolvimento de uma cultura de intervenção popular na administração da Fundação. A inexistência de um estudo dedicado a pesquisar o Conselho fortaleceu a disposição em desvendar as possibilidades apresentadas e ainda não completamente exploradas por um órgão de participação popular como este.

No capítulo intitulado *A TVE-RS no contexto da televisão pública* busca-se situar a TVE-RS no cenário das televisões públicas no Brasil, através de seu histórico e estrutura administrativa, sendo este o ambiente de criação do Conselho Deliberativo. No capítulo seguinte, *Conselho Deliberativo*, dá-se o levantamento histórico do Conselho desde sua criação. Também são abordadas as funções regimentais, membros e estrutura do órgão. No capítulo *Análise do Conselho Deliberativo* é analisado o funcionamento do Conselho, assim como sua representatividade.

## 2 A TVE-RS NO CONTEXTO DA TELEVISÃO PÚBLICA

Apesar da ala dos críticos ferozes da televisão ser grande, de nada nos adianta apenas classificá-la meio incapaz de propor o pensar. A televisão é apenas parte de uma revolução tecnológica que tendeu a se concentrar nas mãos do capital privado e a ele servir, e que, por enquanto, não dá mostras de que vá ser alterado num futuro próximo. Portanto, o papel que cabe aos críticos da televisão é propositivo, como bem observa Omar Rincón (2003, p. 24):

[...] dado que a tevê existe e não irá embora, pelo contrário, cada vez terá uma presença mais vital... é melhor começar a compreendê-la na sua ação social e no seu potencial comunicativo, para conseguir fazer dela um dispositivo mais próximo dos nossos interesses sociais e culturais.

A televisão é por natureza pública. A transmissão de sons e imagens utiliza como veículo o espectro eletromagnético que é um espaço de todos, de uso regulamentado pelo Estado. Ou seja, a televisão pertence à sociedade. Porém, o direito de exploração deste espaço é concedido pelo Estado às empresas de comunicação de caráter público<sup>1</sup> ou privado.

O modelo de radiodifusão adotado no Brasil privilegiou a proliferação das empresas privadas, que implantaram as emissoras de televisão comerciais. Apenas posteriormente, na década de 60, a legislação brasileira regulamentou as televisões públicas, na forma de emissoras educativas, que nasceram com o propósito explícito de utilizar a tecnologia para democratizar o acesso à *educação*.

---

<sup>1</sup> O sistema de televisão pública engloba TVs Educativas e Culturais.

Entretanto, através de um breve paralelo entre as emissoras educativas e emissoras culturais percebe-se que há diferenças de ordem administrativa, como destaca Jairo Jorge ao contrapor a TV Cultura de São Paulo às demais TVEs:

Embora ambas sejam subvencionadas com recursos públicos, fruto da arrecadação do contribuinte cidadão, enquanto a TV Cultura é dirigida pela sociedade, através de representantes civis, as demais TVEs são administradas pelo estado através de cargos de confiança dos governos (JORGE, 1993, p. 29).

A própria TV Cultura define o conceito de TV Pública através de seus objetivos que consistem em “[...] atingir a comunidade, sentir a comunidade e servir à comunidade [...]” (FUNDAÇÃO... *apud* JORGE, 1993, p. 29).

Alberto Dines está de acordo com essa idéia quando afirma que TV Pública nada mais é que televisão, porém,

[...] a sua formulação, a sua narração, é uma linguagem pública, enquanto amarrada aos compromissos com a sociedade. Mas a narração, a concepção, a apresentação, o ritmo e a formatação de um programa da TV pública devem obedecer a parâmetros e paradigmas específicos, diferentes da narração, da apresentação, do ritmo e da formatação da TV comercial, da TV aberta ou mesmo da TV por assinatura (DINES, 2003. p. 16).

Uma releitura das televisões educativas foi proposta por George Bernard Sperber no Seminário de Teleducação, realizado em 1988, no qual afirmou que o objetivo educativo das televisões pressuporia a “[...] existência de um educador e de um educando, isto é, de um que sabe e de um que não sabe [...]”, o que não caberia mais às emissoras de televisão. Ele propõe, portanto, que se fale das emissoras educativas e culturais como “televisões públicas”, porque, “[...] pela fonte de que se originam os seus meios, pertencem ao povo [...]” (SPERBER, 1988, p. 73).

Sendo assim, utilizando os critérios mencionados e também o critério *público* vs. *privado* para diferenciar as emissoras educativas e culturais como TVs Públicas e as

demais emissoras de capital privado como TVs Comerciais, concluí-se que são análogas as filosofias da TV Educativa e da TV Cultural e, doravante, ambas serão consideradas TVs Públicas.

## **2.1 TVEs no Brasil**

As TVs educativas foram criadas no Brasil nos anos 60 sob a tutela do governo militar. A idéia de que as novas tecnologias, na forma da televisão, poderiam suprir deficiências estruturais do modelo educacional nacional influenciou a adoção de um modelo tecnocrático de ensino à distância que depositava na televisão as esperanças do acesso universal à educação, algo em que o sistema educacional brasileiro já havia demonstrado deficiências estruturais. Esse projeto previa a transmissão de programas que em nada diferiam de uma aula, transmitida pela televisão (JORGE, 1993, p. 30). Nessa época, os programadores não eram sequer do meio televisivo, mas sim da área educacional.

As TVs educativas no Brasil passaram por muitos percalços entre regulamentação e implementação. Dificuldades até mesmo para ocupar os canais que lhe foram destinados por lei, constantemente cobiçados pelas emissoras comerciais.

As primeiras TVEs foram criadas “[...] sem obedecer a um planejamento que decorresse de uma política setorial de governo [...]” (FRADKIN, 2003, p. 56), tendo, portanto, sérias deficiências até mesmo na área educacional, já que nem mesmo os programas didáticos foram adaptados ao meio televisivo.

A partir de 1965, canais começaram a serem reservados às TVs educativas em meio à falta de diretrizes e objetivos claros a respeito do como e porquê de ser dessas

emissoras: “[...] não se analisou se a TVE seria ou não o meio mais adequado e viável economicamente para a realidade dos estados e nem se definiu que objetivos deveriam ser alcançados com as novas estações [...]” (CARDOSO *apud* JORGE, 1993, p. 30).

Entre 1967 e 1974, surgiram as nove primeiras emissoras educativas no Brasil, dentre elas, a TVE-RS; “[...] os governos estaduais, diante da possibilidade de constituírem *um canal de tv próprio*, iniciaram um grande esforço administrativo para no menor tempo possível viabilizarem a sua Televisão Educativa [...]” (JORGE, 1993, p. 30, grifo do autor).

A história das TVEs é cheia de tentativas de se estabelecer uma rede que proporcionasse a integração das emissoras e o auxílio mútuo entre elas. Dentre essas tentativas destacam-se a criação do Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED) em 1979, uma associação de emissoras que pretendia criar “[...] um sistema nacional para o atendimento das carências educacionais e operacionalização de uma rede de transmissão de programas de caráter educativo, mediante a atuação integrada das emissoras educativas [...]” (FRADKIN, 2003, p. 56). Em 1983, o SINTED passou a denominar-se Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), com a inclusão das emissoras educativas de rádio. Em 1997 se dá o surgimento da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC) que, reunindo grande parte das emissoras brasileiras, fundou em 1999 a Rede Pública de Televisão (RPTV) com o objetivo de estabelecer uma grade de programação comum às associadas (FRADKIN, 2003, p. 62).

Dentre as emissoras de maior importância, estão a TVE Brasil – Fundação Roquete Pinto do Rio de Janeiro – que, de vinculação federal, foi a grande articuladora da criação das redes nacionais de televisão educativa e a Fundação Padre Anchieta – TV Cultura de São Paulo – que, como uma fundação privada administrada exclusivamente por

um conselho de cidadãos, é o exemplo brasileiro mais próximo da bem sucedida BBC do Reino Unido<sup>2</sup>.

## 2.2 TVE-RS

Nosso relato do histórico da TVE-RS busca uma sistematização fundamentada nos períodos vivenciados pela emissora, que demonstram unidades em termos temporais, mas mais importante, em termos administrativos, já que as gestões da emissora sempre estiveram à mercê das linhas editoriais e políticas adotadas por suas instâncias superiores. Para o levantamento histórico da TVE-RS foi utilizado o trabalho de Jairo Jorge (1993)<sup>3</sup>.

Pelo decreto 62.822 de 21 de junho de 1968, a União outorgou ao estado do Rio Grande do Sul a concessão do Canal VHF 7 à TVE-RS através da Secretaria da Educação e Cultura (SEC) e do serviço de Televisão Educativa na Divisão de Telecomunicação Educativa do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais e de Execução Especializada (p. 30).

Em 1974, após acordo com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) para sediar do Núcleo de Produção e Transmissão, o Centro de Televisão Educativa (CETEVE) foi inaugurado. O professor Orual Sória Machado assumiu a direção de uma televisão em condições técnicas precárias e uma programação que consistia

---

<sup>2</sup> A BBC, British Broadcasting, é a mais bem sucedida televisão pública do mundo e foi utilizada como inspiração para a criação da Fundação Padre Anchieta. Para maiores informações sobre a BBC ver Leal Filho, 1997.

<sup>3</sup> Além de consulta bibliográfica, Jorge utilizou depoimentos coletados de funcionários da Fundação Piratini e documentos internos da Fundação que aqui constam como *apud* quando não referenciados no trabalho original.



basicamente de aulas na TV (JORGE, 1993, p. 32), com explanação de matemática para 5ª a 8ª séries.

Em 1979, na gestão da Professora Maria Thereza de Jesus Ferreira de Medeiros Haas, a TVE-RS passou a integrar o SINTED.

Com a entrada do jornalista José Antônio Daudt na presidência, em março de 1980, em um processo de mudança, a programação da TVE-RS deixou de dar prioridade aos programas exclusivamente educativos. Programas jornalísticos, musicais e de entrevistas passaram a fazer parte da grade de programação<sup>4</sup>: “A TVE [...] passou a ter programas *de verdade*. Até então a TVE era uma mera extensão da Secretaria de Educação” (PORTELLA, 1993, p. 32, grifo meu).

A transferência da sede para as instalações da extinta TV Piratini, parte do Grupo Diários e Emissoras Associados, aconteceu após um incêndio nas instalações da PUC-RS. Na mesma ocasião em que, para resolver um impasse entre o presidente da TVE-RS e o secretário da Educação, Leônidas Ribas, o governo do estado indicou um novo presidente: o professor universitário Jorge Alberto Furtado (JORGE, 1993, p. 33).

O Decreto 30.249 de 21 de julho de 1981 instituiu a Fundação Televisão Educativa do Rio Grande do Sul. A criação da Fundação Piratini foi inspirada na Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura de São Paulo. Como afirmou Furtado, foram necessários a compra de equipamentos e o acerto da situação funcional da Fundação, pois “[...] não havia cargos específicos para televisão no estado [...]” (FURTADO, 1993, p. 33). A nova programação, lançada em 1982, apresentava variedade de temas e abordagens apesar das grandes limitações técnicas. Essa segmentação aliada à dinamização

---

<sup>4</sup> Grade de programação: esquema da programação periódica de emissoras de rádio ou televisão.

proporcionada pelo formato de fundação constituiu o diferencial que deu visibilidade à TVE:

Havia profunda diferença entre as emissoras comerciais e a TVE, mas com a transformação em fundação paulatinamente elas foram reduzidas. Emília Portella afirma que “a TVE passou a ter organograma de TV, foram criados serviços, divisões, departamentos, passou-se a ter uma tabela de programação e chamadas<sup>5</sup>” (JORGE, 1993, p. 34).

Foi nessa gestão que a TVE-RS adquiriu vasto material de arquivo na tentativa de estruturação de um departamento de apoio e pesquisa, que continha, entre outros, material jornalístico da TV Piratini e arquivos da DG Filmes contendo a história do cinema gaúcho, material que foi destruído no incêndio de 1983.

Jair Soares, então governador, nomeou o professor Clóvis Stenzel e, segundo Jorge (1993), iniciou-se ali um período considerado conservador, em que a produção se voltou para o estúdio, e programas inovadores foram substituídos por autopromoção e “[...] atrelamento às matérias do governo [...]” (ORLANDI, 1993, p.42). Além disso, a TVE-RS passou pelo pior momento de sua história: o incêndio de 9 de abril de 1983.

Essas adversidades ocasionadas pela administração autoritária e a destruição causada pelo incêndio geraram um movimento por parte dos funcionários que, além do projeto emergencial de recuperação da TVE-RS com a mobilização da sociedade<sup>6</sup>, organizou um seminário interno de funcionários<sup>7</sup> no qual foi elaborado um documento contendo um levantamento da situação da TVE-RS e discussões sobre a missão de uma televisão pública (JORGE, 1993, p.115). Pode-se considerar esse o primeiro momento em que se reuniram esforços para discutir a televisão que vinha sendo produzida.

---

<sup>5</sup> Chamada é a divulgação antecipada dos programas exibidos pela emissora.

<sup>6</sup> O Projeto Emergência – TVE começa de novo arrecadou livros, revistas, discos e fitas doados pela sociedade (JORGE, 1993, p. 43).

<sup>7</sup> I Seminário dos Servidores da Fundação Televisão Educativa/RS (JORGE, 1993, p. 44).

Após a realização do seminário e de críticas na Assembléia Legislativa (JORGE, 1993, p. 44-45) Clóvis Stenzel foi demitido.

A posse do presidente Cândido Norberto dos Santos, em 1983, trouxe rumos diferentes para a programação da TV. A nova filosofia se pautava na resposta de três questionamentos: 1) o que a população precisa da televisão, 2) o que a televisão pode lhe oferecer, e 3) se o que a programação oferece é o que a população está disposta a acompanhar (SANTOS *apud* JORGE, 1996, p. 46).

Como já ocorrido em outras situações, os recursos técnicos escassos obrigaram a TVE-RS, que já veiculava programação a cores desde sua instalação, a transmitir em preto e branco, numa tentativa de sensibilizar o governo para as difíceis condições e, aliada às reformas que seriam realizadas, oportunizar a interiorização<sup>8</sup> da transmissão. Assim, foram implantadas 26 retransmissoras no interior do estado.

As disputas para assumir os canais educativos reservados por lei nos municípios ocupados predominantemente por emissoras comerciais<sup>9</sup> e a tentativa de estabelecer parcerias com a iniciativa privada para melhorias estruturais causaram protestos de empresas de comunicação privadas e da Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e Televisão do Rio Grande do Sul (AGERT) (JORGE, 1993, p. 48).

Nesse período, a programação da TVE-RS fez cobertura de grandes eventos<sup>10</sup>, programas com ênfase na memória cultural, a ampliação do espaço jornalístico. Também houve convênios com associações e empresas em troca de equipamentos e fitas. Em

---

<sup>8</sup> A interiorização se dá através da instalação de repetidoras no interior do estado que redistribuem o sinal da emissora através de antenas, aumentando a área de cobertura da transmissão.

<sup>9</sup> “Os canais educativos estavam reservados por lei em todos os municípios, ‘mas 9 em 10 estavam ocupados pela RBS ou por outra emissora comercial’” (NORBERTO, 1993, p. 48).

<sup>10</sup> Como, por exemplo, a cobertura das eleições municipais de Porto Alegre em novembro de 1985.

contrapartida, a programação de esportes, que antes ocupava espaços importantes da programação, foi suprimida (JORGE, 1993).

Os projetos do presidente Cândido Norberto dos Santos, que priorizavam a produção em estúdio e a interiorização, passaram a gerar discórdia entre a direção e os funcionários. Após alguns episódios de desentendimento, a TVE-RS perdeu grande parte do seu quadro de funcionários (JORGE, 1993, p. 51-53). Nesse período houve a alteração do nome da Fundação para Fundação Piratini Rádio e Televisão Educativa<sup>11</sup>.

Em 1987 assumiu o presidente Alfredo Carlos Fedrizzi cuja prioridade era “[...] enxugar a programação [...]”. Para tanto, estabeleceu três premissas básicas: “[...] nomear a diretoria, ter carta branca para realizar alterações e não fazer da TVE uma televisão partidária e sim pública [...]” (FEDRIZZI, 1993, p. 55). Além disso, novamente ocorreu uma mudança no nome da Fundação, quando foi retirado o “Piratini” que, segundo Fedrizzi, “[...] tinha um residual negativo, remetia a uma emissora falida, que fora importante no início da televisão, mas que encerrara melancolicamente com dívidas enormes [...]” (FEDRIZZI, 1993, p. 55-56).

As mudanças na área de programação incluíam pauta esportiva e cultural e manutenção de alguns dos programas já existentes, mas, segundo análise de alguns funcionários, com depreciação da área jornalística (JORGE, 1993, p. 59). Também investiu-se na criação do programa *Pandorga*, destinado ao público infantil, faixa até então inexistente.

Os baixos salários e atrasos de pagamento deflagraram a primeira greve da história da TVE-RS, e a emissora passou dez dias retransmitindo apenas a programação da

---

<sup>11</sup> Ocorrido em 1985. Disponível em:  
<[http://www.tve.com.br/institucional/nossahistoria/menu\\_nossahistoria.php](http://www.tve.com.br/institucional/nossahistoria/menu_nossahistoria.php)>. Acesso em 20/09/2005.

TVE Brasil e da TV Cultura. O impasse não acabava aí: os funcionários, amparados na Constituição Estadual<sup>12</sup>, exigiam a eleição de um representante para atuar junto à Direção (JORGE, 1993, p. 66).

No encerramento da gestão Fedrizzi, o saldo, segundo opiniões de funcionários, foi controverso. Alguns acreditam que a TVE-RS finalmente se assumiu como uma TV Cultural (ACHUTTI, 1993, p. 63); para outros, foi um período em que a administração se assemelhou com a administração de uma TV comercial (ESCOBAR, 1993, P. 64) e, apesar da melhoria tecnológica, a programação teve caráter elitista (BRASIL, 1993, p. 64). Outros relatos mencionam a valorização do conteúdo cultural e valorização da competência profissional com maior participação dos funcionários, apesar da diminuição da remuneração (JORGE, 1993, p. 63-65). Fedrizzi, contrapondo os argumentos de descaso do governo estadual, cita os recursos liberados para a instalação da FM Cultura<sup>13</sup> e a autonomia que o governador Pedro Simon concedeu, apesar da pressão contrária de vários deputados (FEDRIZZI, 1993, P. 63-64).

O governador Alceu Collares assumiu o estado, em 1991, com o projeto de transferir a TVE-RS da Secretaria da Cultura para a Secretaria da Educação e nomeou o jornalista e fotógrafo Leonid Streliaev, que assumiu a TVE-RS em meio a desentendimentos entre os funcionários e a direção. Apesar de afirmar em entrevista a intenção de “[...] escutar os anseios e projetos de todos que atualmente trabalham na TVE e na Rádio FM Cultura [...]” (STRELAIEV *apud* JORGE, 1993, p. 66), o presidente não reconheceu o processo que elegeu o representante dos funcionários.

Denúncias de irregularidades administrativas foram apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado (JORGE, 1993, p. 68), e foram apenas um prenúncio do que viria com

---

<sup>12</sup> Artigo 25 da Constituição Estadual (JORGE, 1993, p. 66).

<sup>13</sup> A FM Cultura foi instalada em março de 1989 (JORGE, 1993, p. 65).

o desmonte do setor de telejornalismo e a seguinte partidização e vinculação direta com a Secretaria de Educação, como relata Sônia Renner, chefe do setor na época (RENNER, 1993, p. 69). Outros relatos de funcionários atestam a completa tomada da programação por parte do governo do estado, suprimindo-se, a princípio, as pautas do município, não por acaso, governado por um partido de oposição ao governo estadual. A eleição para a escolha do representante dos funcionários, exigência estatutária, também foi ignorada, pois, novamente, o representante eleito não tomou posse (BRASIL, 1993, p. 71).

O comunicador Alcíbio Mesquita Bibó Nunes foi indicado para a presidência em fins de 1991. Escândalos de corrupção envolvendo a transmissão de jogos de futebol (JORGE, 1993, p. 75) derrubaram Bibó Nunes, que permaneceu apenas 14 meses no cargo.

Em 1993 assumiu o cargo de presidente o jornalista João Batista de Melo Filho. O jornalismo da emissora, em um formato populista, foi utilizado como um “[...] release eletrônico do governo [...]” (FIGUEIREDO, 1993, p. 78-79). Depoimentos de funcionários apontam a insatisfação com a linha editorial adotada naquele momento e pela forte tendência partidária imposta pela presidência da TVE-RS (JORGE, 1993, p. 79-80).

O governador Antônio Britto, que assumiu em 1995, nomeou como presidente da Fundação José Antônio Dias Vieira da Cunha e apresentou a proposta de alteração estatutária, que remodelava a estrutura organizacional da emissora, à Assembléia Legislativa. Dentre as modificações propostas estava mais uma alteração no nome da Fundação, que passou a adotar *Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão*, e também a reformulação<sup>14</sup> do Conselho Deliberativo, que passou a incluir a sociedade através de representação na administração da Fundação. O novo Conselho foi empossado em 31 de

---

<sup>14</sup> O Conselho Deliberativo era o nome adotado pelo grupo de diretores e presidente que dirigia a Fundação até então, e que não contava com a participação da sociedade. Como modelo para sua reformulação foi utilizado o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, o primeiro e único, até então.

outubro do mesmo ano e se constituiu no primeiro mecanismo de regulação independente do governo da TVE-RS. A aprovação do Estatuto também tornou viável a captação de recursos através de apoio cultural de empresas privadas, prática que passou a ser adotada amplamente.

O último ano da gestão, 1998, marca a assinatura do contrato com a Embratel, que deu início à transmissão do sinal da TVE-RS digitalmente via satélite Intelsat, ampliando e melhorando a recepção da programação.

Em 1999, assumiu a presidência o jornalista José Roberto Garcez através da nomeação do governador Olívio Dutra. Os objetivos estabelecidos foram 1) a renovação do parque técnico com a adequação dos equipamentos à transmissão digital, 2) a recuperação do quadro de funcionários, deficiente após o plano de demissão voluntária aplicado na gestão anterior e 3) a valorização da programação local (NO AR..., 2002, p. 30). Esta última foi praticada através, principalmente, da valorização da área jornalística, com o acompanhamento de grandes eventos locais como a Feira do Livro e os Fóruns Sociais Mundiais. Além disso, com recursos obtidos através de renúncia fiscal de empresas (leis estaduais de incentivo à cultura) e parcerias com produtoras independentes foi possível a produção de séries infantis e de ficção como *A escola mágica* e *Histórias do Sul*, respectivamente (NO AR..., 2002, p. 38).

Acompanhando as evoluções tecnológicas, a programação da TVE-RS passa a ser disponibilizada via Internet através do site da Fundação Piratini, o que possibilita o acesso universal dos programas veiculados na TV<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Disponível em <<http://www.estado.rs.gov.br>> Acesso em 25/09/2005.

Com a troca do governo estadual, em 2003, assume interinamente a presidência o jornalista Flávio Antônio Vieira Dutra, nomeado pelo governador Germano Rigotto, que foi substituído em poucas semanas pela jornalista Liana Maria Milanez Pereira.

Durante essa gestão foi priorizada a manutenção de alguns programas já existentes e houve grande destaque para a cobertura de eventos como o III Fórum Social Mundial, Expointer, Feira do Livro e demais eventos promovidos ou apoiados pelo estado.

Após o pedido de exoneração de Liana em 2004, assumiu a presidência o jornalista Paulo Roberto Bueno Vasques, que permaneceu até junho de 2005 quando houve a posse de Rogério Caldana, atual presidente da Fundação Piratini.

O fato mais recente nesta história é, mais uma vez, a reação dos servidores contra as condições de trabalho e a deficiente manutenção de equipamentos. Os servidores também reivindicam que o Conselho Deliberativo tenha poderes de nomear o Presidente da Fundação e que haja desvinculação da nomeação de Diretores a injunções partidárias (CAMPANHA defende..., 2005, p. 03)<sup>16</sup>.

Este histórico aponta a situação de dependência extrema por parte da Fundação Cultural Piratini em relação ao estado. Através de seu histórico viu-se como as diferentes gestões da Fundação agiram em todas as áreas desde o vínculo, ora com a Secretaria Estadual de Educação, ora da Secretaria Estadual de Cultura, até as diretrizes seguidas na programação, passando pelo relacionamento dos funcionários com a empresa, o volume de recursos destinados pelo governo, e o próprio nome da Fundação. Esta insegurança e falta de continuidade dos trabalhos desenvolvidos pode ter provocado baixos níveis de credibilidade junto ao público, situação que só foi vencida nos últimos tempos, quando a

---

<sup>16</sup> Documento eletrônico.



produção e periodicidade dos programas tornaram a TVE-RS visivelmente mais profissional.

### **2.3 Modelo de Gestão**

A estrutura administrativa da Fundação Cultural Piratini foi caracterizada através de quatro aspectos relacionados ao modelo administrativo da máquina pública no Brasil: 1) o formalismo, que é demonstrado no paradoxo entre a “[...] alta capacidade de normatização [...]” e a “[...] ausência de regulamentação concreta [...]”; 2) o patrimonialismo, exemplificado nas práticas nepotistas, clientelistas e da corrupção; 3) burocracia, criada em vão para combater as práticas mencionadas no item anterior; 4) centralismo, que concentra o poder em “comissões centrais” que se multiplicam “[...] em nome da racionalidade administrativa [...]” (PACHECO *apud* LOBATO, 2004, p. 65). Estas características fornecem bases para o entendimento das confusas e conturbadas relações entre o estado e as fundações a ele vinculadas.

A administração da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão se fundamenta na ação complementar da Presidência aliada à Direção Executiva e do Conselho Deliberativo. A Presidência representa o governo do estado, já que é diretamente nomeada por ele, enquanto o Conselho Deliberativo é uma entidade de representação da sociedade. Além destes dois órgãos há também um Conselho Curador que age como fiscalizador financeiro da Fundação e responde diretamente ao governador, que o nomeia, e à Assembléia Legislativa, a quem presta contas.

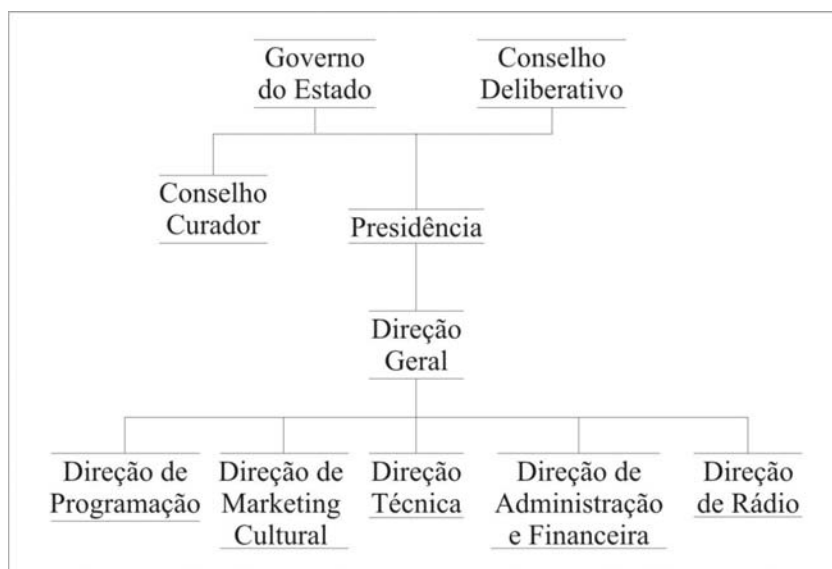


Figura 1: Organograma da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão.  
 Fonte: Dados obtidos no Estatuto da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão<sup>17</sup>.

A seção III do Estatuto, na qual há as disposições referentes à presidência, determina que a administração da Fundação compete ao Presidente, sendo auxiliado pelo Diretor Geral e os Diretores de Programação, Marketing Cultural, Técnico, Administrativo Financeiro e de Rádio. Embora não existam menções específicas, a nomeação do Presidente é de competência do governador, como observou-se através do texto de artigos que abrangem outras instâncias tais como o Conselho Deliberativo<sup>18</sup>.

Os profissionais da Diretoria Executiva são nomeados pelo Presidente da Fundação e, assim como o ele, devem possuir qualificação profissional para os cargos, sendo responsáveis pelas movimentações financeiras, tratar das prestações de serviço, relações de trabalho e elaborar as propostas orçamentárias encaminhadas ao Conselho Deliberativo (ESTATUTO..., 1995)<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> Documento eletrônico.

<sup>18</sup> Art. 25 Parágrafo 1º: “O Governador do Estado submeterá a escolha do Presidente da Fundação ao Conselho Deliberativo” e Art. 21 Inciso IV: “compete ao Conselho deliberativo: apreciar as indicações do Presidente e da Diretoria da Fundação” (ESTATUTO..., 1995. Documento eletrônico).

<sup>19</sup> Documento eletrônico.

Ao presidente cabem as responsabilidades de celebrar contratos, convênios, acordos, aceitar doações, legados, subvenções, auxílios e contribuições, encaminhar relatório e prestações de contas ao Conselho Deliberativo, além de representar ativa e passivamente a Fundação.

O Conselho Curador é responsável pelas ações de fiscalização, auxiliado por auditoria interna, através da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, e por auditoria externa do Tribunal de Contas do Estado. O Conselho Curador é formado por três membros nomeados pelo governador do estado, segundo o Art. 36, que têm mandato de dois anos.

Assim, desenha-se o quadro administrativo da Fundação que, em Estatuto, concede alguns poderes restritos ao Conselho Deliberativo e que serão futuramente analisados.

O atual Estatuto da Fundação, aprovado pela Assembléia Legislativa na Lei 10.535 de 8 de agosto de 1995, vincula a Fundação à Secretaria de Estado da Cultura e a define como uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos de administração direta<sup>20</sup>.

As vinculações com o estado demonstram parte do que o governo concebe por comunicação e televisão educativa. Nas suas origens, a TVE-RS era vinculada à Secretaria de Educação e com o passar do tempo e dos governos foi sendo transferida de uma secretaria para outra.

---

<sup>20</sup> “Através deste decreto [Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967] foram instituídos conceitos de ‘administração direta’ e ‘administração indireta’: para a primeira, coube a responsabilidade do planejamento e da decisão; para a segunda, a execução. (...) Nesta trajetória, é importante destacar que a Constituição de 88, que apresenta uma divisão específica para a Administração Pública, atribui às fundações e autarquias públicas as mesmas normas de funcionamento que regem a administração direta. Como consequência disso, alguns procedimentos que se tornaram regra para a TVE-RS referem-se à necessidade de contratação por processo licitatório e seleção de pessoal por concurso público” (LOBATO, 2004, p. 66).

Conforme Jambeiro, a intervenção do poder público na televisão se dá de três maneiras: 1) controlando o acesso ao uso dos serviços de radiodifusão concedendo licenças às concessionárias; 2) controlando o conteúdo e impondo restrições à publicidade comercial e 3) estabelecendo punições para o não cumprimento das obrigações fixadas pela Lei (JAMBEIRO, 2000, p. 125). Porém, na TV pública existe um quarto fator, que é de ordem econômica: a dependência quase exclusiva de recursos financeiros provenientes do orçamento do governo do estado.

O paradoxo da TV pública é também um espelho do paradoxo do próprio Estado que, em tempos de neoliberalismo, se vê entre o mercado, que exige a não interferência em questões econômicas e as necessidades da população que, num país em desenvolvimento, sofre com grandes carências e depende da atuação direta do Estado nas políticas sociais (BRITTOS, 2003, p. 3).

Assim, o Estado capitalista é responsável pela manutenção de uma televisão pública num mercado televisivo dominado pelo capital privado. O ponto crítico é que os recursos destinados pelos governos via orçamento nunca chegam a suprir as necessidades das TVEs, que passam a enxergar na publicidade, que é ilegal, a alternativa para a sobrevivência (BRITTOS, 2003, p. 4).

A veiculação de publicidade institucional e a menção a apoiadores e patrocinadores em emissoras educativas foram proibidas através do Decreto-lei n. 236 de 28 de fevereiro de 1967<sup>21</sup>, ainda em vigor. Porém, as emissoras, através de alguns dispositivos como a alteração da razão social da empresa ou simplesmente através do descaso com a lei, veiculam nomes, mensagens ou vinhetas institucionais de empresas

---

<sup>21</sup> Decreto-lei 236 de 28 de fevereiro de 1967, Artigo 13, parágrafo único: “A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos”. Documento eletrônico.

parceiras ou apoiadoras. Em entrevista à Revista Tela Viva, o então presidente da Associação Nacional de TVs Educativas e Culturais, Julio Maria Guimarães Ferreira afirmou: “[...] tudo o que a TV Cultura e a TVE fazem é desobediência civil clara. Fingem que estão cumprindo a lei e o Governo finge que não vê. E, isso se aplica às demais geradoras e retransmissoras [...]” (FERREIRA *apud* FALGETANO, 1997, p. 11). Segundo Ferreira, a lei pode ser contestada e sua inconstitucionalidade atestada no artigo 70 da Constituição, capítulo da Ordem Econômica, que permite o exercício de qualquer atividade econômica<sup>22</sup>, e na Lei de Falências, que proíbe a criação de qualquer atividade se não for dada a ela condições de sobrevivência (Op. Cit., p. 11). Daniela Lobato faz uma recapitulação das leis que alteraram a captação de recursos das TVEs:

O marco das mudanças nas TVEs iniciou com a Lei Sarney, de 1985, que permitiu os patrocínios para as televisões públicas. A Lei Rouanet também teve papel importante ao incentivar o patrocínio aos programas nas educativas. E no que se refere à independência com relação ao controle estatal, cita-se a lei de Fernando Henrique Cardoso (nº 9.637), aprovada em 18 de maio de 1998, que criou as organizações sociais, viabilizando a adoção de outras regras de funcionamento para televisões públicas (LOBATO, 2004, p. 58).

De fato, no seu documento *Diretrizes para as emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão*, a Fundação Cultural Piratini se propõe a:

[...] enfrentar judicialmente e politicamente – através da mobilização do Poder Legislativo – as limitações impostas pelo conceito de radiodifusão educativa que impedem a plena equiparação com as demais emissoras e tolhem o direito de utilizar, entre as formas de financiamento, o recurso à publicidade captada no mercado (DIRETRIZES..., 1999a).

---

<sup>22</sup> Segundo a Constituição Federal, Artigo 170 parágrafo único: “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”. Documento eletrônico disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>> Acesso em 26/09/2005.

No caso da Fundação Cultural Piratini, o governo do estado, em alguns momentos, chegou a financiar quase que a totalidade dos recursos disponíveis<sup>23</sup>, mas em 2003 a Fundação já contava com aproximadamente de 5% a 10% da sua renda proveniente de apoios culturais (BRITTOS, 2003, p. 04). Essa possibilidade só se concretizou com a transformação da empresa em fundação.

Por determinação estatutária, a Fundação “não poderá ser utilizada para finalidades publicitárias”, porém, é admitida a referência institucional de programas e produtos de caráter educativo ou cultural e também a notícia de doações sem caráter de propaganda<sup>24</sup>. Há também a possibilidade de recebimento de doações por parte de pessoas físicas e pessoas jurídicas públicas ou privadas. Porém, quando *onerosas*, as doações necessitam a aprovação tanto do Conselho Deliberativo quanto da Presidência (ESTATUTO..., 1995)<sup>25</sup>.

O documento de diretrizes gerais para a Fundação garante a manutenção financeira através de recursos orçamentários do governo do estado. Apesar disso, abre possibilidade para o incentivo ao desenvolvimento de “[...] formas diretas de participação da sociedade [...]” em que a “empatia” entre a emissora e o público viabilizaria o apoio voluntário de empresas, entidades e cidadãos. Há também o incentivo à produção de programas autofinanciáveis através do estabelecimento de parcerias e cooperação entre diversas entidades ou produtoras independentes (DIRETRIZES..., 1999a)<sup>26</sup>.

A análise desenvolvida nesse capítulo do modelo de gestão adotado pela Fundação, dos mecanismos legais que o estado se utiliza para gerenciar a emissora e

---

<sup>23</sup> “A TVE teve como receita orçamentária no primeiro ano do governo Antônio Britto o valor de R\$ 7,35 milhões, sendo que 7,29 milhões foram provenientes dos cofres públicos. Isto é, a TVE dependia em 99,23% de suas verbas orçamentárias do governo do estado” (PORCELLO, 2002, p. 42).

<sup>24</sup> Art. 9º inciso III e Art. 9º parágrafo 2º (ESTATUTO..., 1995. Documento eletrônico).

<sup>25</sup> Art. 11 inciso III. Documento eletrônico.

<sup>26</sup> Documento eletrônico.

também como a mantém refém de sua política de financiamentos, já que ainda é o principal financiador da Fundação, demonstra a importância da existência de um mecanismo de gestão que inclua a sociedade. Esta é uma necessidade para elaborar os caminhos a serem seguidos tanto na plena realização da pluralidade, inclusão social e formação do cidadão atuante, quanto na própria administração dos recursos advindos do governo do estado e parcerias com empresas públicas e privadas. Sem supervisão, esses procedimentos tendem a incorporar as práticas mercadológicas aos programas elaborados e apresentados ao público que, nas emissoras comerciais, geram a disputa imensurável pela audiência e uma possível queda da qualidade.

A garantia de participação popular através da representação de segmentos da sociedade nos leva ao próximo ponto deste trabalho: o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini.

### 3 CONSELHO DELIBERATIVO

A Fundação Cultural Piratini passou por diversos modelos administrativos. O Conselho Deliberativo é resultado dessa série de aperfeiçoamentos que culminaram num modelo misto em que a administração é compartilhada entre a presidência e direção executiva da Fundação, indicadas diretamente pelo governador do estado, e o Conselho, formado por representantes da sociedade.

Por ser um órgão com fins deliberativos, e não executivos, ao Conselho cabe uma série de atribuições que orientam a conduta da TVE-RS e da Fundação Piratini. Essas atribuições são conceituais, como a definição das finalidades da Fundação e das diretrizes de programação segundo essas finalidades, e práticas, como a apreciação dos profissionais indicados para os cargos de direção e também contratações especiais; aprovação de contratos, convênios e orçamentos anuais. Além disso, é de competência do Conselho propor mudanças estatutárias (que, posteriormente, devem ser votadas pela Assembléia Legislativa), propor ao governador a substituição do presidente e dos diretores e opinar sobre a eventual extinção da Fundação (ESTATUTO..., 1995)<sup>27</sup>.

O Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini foi criado através do Decreto-Lei nº 10.535 de 8 de agosto de 1995, que alterou a estrutura organizacional da instituição e foi proposto pelo governador Antônio Britto<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Documento eletrônico.

<sup>28</sup> O Conselho foi uma proposta do governador Antônio Britto, que trazia a experiência da criação do Conselho de Comunicação Social<sup>28</sup> do Congresso Nacional na Assembléia Constituinte de 1988, da qual havia participado quando deputado federal (VIEIRA DA CUNHA, 2005). Além disso, outro modelo de administração que serviu de inspiração para a Fundação Piratini foi o modelo da Fundação Padre Anchieta – TV Cultura de São Paulo – resguardadas as diferenças, já que o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta tem a responsabilidade de indicar o presidente da entidade.



O jornalista Vieira da Cunha assumiu a presidência da Fundação Piratini com a missão de formar uma comissão que tinha o objetivo de reformular o Estatuto da entidade, subsidiando a criação do Conselho. Desta comissão para reformulação da Fundação participaram Vieira da Cunha e Ruy Carlos Ostermann, dentre outros convidados (VIEIRA DA CUNHA, 2005)<sup>29</sup>.

Em seis meses<sup>30</sup>, o Estatuto foi reformulado e aprovado com emendas na Assembléia Legislativa do Estado. Vieira da Cunha mencionou em entrevista que algumas das alterações da Assembléia foram quanto à participação do próprio presidente da Fundação no Conselho. Segundo a proposta original da comissão, o presidente da Fundação faria parte do Conselho como membro efetivo, contando com os mesmos direitos de todos os demais conselheiros. Após as emendas o presidente passou a ser um observador nas reuniões do Conselho, tendo apenas direito a voz quando solicitado e sem direito a voto (VIEIRA DA CUNHA, 2005).

O primeiro presidente do Conselho foi o jornalista Ruy Carlos Ostermann, conselheiro eleito que participou da comissão de criação do Conselho. Da mesa diretora do Conselho também participavam Samir Salimen, representante da Associação Riograndense de Propaganda (ARP), como vice-presidente, e César Henrique Borba Almeida, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG), como secretário. Esta gestão se iniciou em outubro de 1995 e se encerrou em dezembro de 1998. Esta primeira fase do Conselho foi o momento de elaboração do Regimento Interno<sup>31</sup> e, segundo Vieira da Cunha, fez com que os conselheiros incorporassem os conceitos da Fundação e de TV Pública, promovendo discussões nas

---

<sup>29</sup> Em entrevista concedida à autora em 19 de outubro de 2005.

<sup>30</sup> Seis meses transcorreram entre a posse de Vieira da Cunha, em 06/02/1995, e a aprovação do novo Estatuto, em 08/08/1995.

<sup>31</sup> Regimento Interno. Documento eletrônico.

reuniões e no seminário realizado com ampla participação de conselheiros e funcionários da Fundação (VIEIRA DA CUNHA, 2005).

A mudança de gestão do Conselho em 1999 coincidiu com a entrada do governador Olívio Dutra. O jornalista Daniel Herz, conselheiro eleito, assumiu a presidência da mesa do Conselho enquanto Samir Salimen se manteve como vice-presidente e Vitor Zatti Faccioni, representante da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), assumiu o cargo de secretário. A gestão se empenhou em elaborar o documento *Diretrizes para as emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão*<sup>32</sup>, que norteiam as ações e princípios da Fundação e também as diretrizes para a programação da TVE-RS, que fazem parte das funções previstas no Estatuto da Fundação para o Conselho.

Uma das dificuldades identificadas na elaboração das diretrizes da TVE-RS foram as divergências sobre sua própria elaboração. Enquanto alguns dos integrantes do Conselho Deliberativo expunham a necessidade imediata de repensar os programas que já estavam sendo veiculados pela emissora independentemente das diretrizes, outros conselheiros apontavam a elaboração do documento como sendo o primeiro passo a se dar, a partir do qual disporiam de elementos para avaliar a programação. A elaboração das diretrizes consumiu cerca de três meses de discussões e reuniões do Conselho, que inclusive realizou um seminário<sup>33</sup> para debate, até ser aprovado em 31 de maio de 1999<sup>34</sup>. A partir de então, o Conselho passou a cobrar da presidência da Fundação, a cargo de José Roberto Garcez, a apresentação da proposta de programação detalhada.

---

<sup>32</sup> Documento eletrônico.

<sup>33</sup> Seminário realizado em 08/05/1999 na Casa de Cultura Mario Quintana (ATA nº 37/1999).

<sup>34</sup> Documento eletrônico.

A falta de diálogo entre a direção executiva da Fundação e o Conselho foi pauta de várias reuniões<sup>35</sup>, sendo que até o final da gestão de Garcez a Direção foi julgada inadimplente com o Conselho, pela não apresentação do plano de programação:

O presidente Daniel [Herz] disse que [...], na reunião de agosto, realizada na FARSUL, foi constatada uma inadimplência persistente da Direção Executiva diante das exigências do Conselho, apresentadas desde janeiro do ano passado e que, ao final do segundo ano desta gestão, não existe ainda um projeto de programação. Sendo que o Conselho já emitiu documento de diretrizes gerais sobre a programação. Disse que a programação de um modo geral, nas manifestações dos Conselheiros, tem se mostrado insatisfatória em relação às expectativas que o Conselho tinha anteriormente. Disse que, estatutariamente, existem exigências legais que não estão sendo cumpridas pela Direção Executiva, como o projeto de programação, entre outras elementares, como a de que a documentação do Conselho fosse exibida na página da Internet. Disse que a situação caracteriza um quadro grave, pois coloca na perspectiva de um pedido de destituição da Diretoria Executiva, por não cumprimento de obrigações legais. Disse ser esta uma responsabilidade que o Conselho está confrontado. Disse que na reunião de setembro foi feito um apelo à Direção Executiva, no sentido de que as exigências legais e as solicitações do Conselho fossem atendidas. Houve uma manifestação do Presidente da Fundação de que haveria resposta e, no entanto, não aconteceu atendimento de nenhuma solicitação e das exigências legais, começando pelo mais sério deles que é o projeto de programação (ATA nº56/2000)<sup>36</sup>.

Em 2002 a mesa diretora do Conselho foi reeleita. Com a permanência de Garcez na presidência da Fundação, também as divergências entre Conselho e direção executiva se mantiveram: “Foi constatado que os problemas apontados no relatório de 2000 permanecem em 2001 [...]” (ATA nº 66/2001)<sup>37</sup>. Porém, segundo as atas do ano de 2001, as discussões sobre conceitos de TV pública se aprofundaram e a auto-avaliação da atuação do Conselho se fez constante em suas reuniões. As dificuldades para alcançar quorum atrasaram deliberações e se mostraram um sintoma das difíceis relações entre direção executiva e Conselho, conforme pronunciamento do conselheiro Faccioni:

O Conselho não tem sido considerado, o que é demonstrado com a falta de entrosamento entre o Conselho e a Direção Executiva que não houve até hoje.

---

<sup>35</sup> Atas nº 41/1999, 45/2000, 52/2000, 53/2000, 54/2000, 59/2001. Documento eletrônico.

<sup>36</sup> Documento eletrônico.

<sup>37</sup> Documento eletrônico.

Não temos tido base adequada para nos posicionarmos e por isso o Conselho está desmotivado (ATA nº 46/2000)<sup>38</sup>

A falta de quorum motivou também a sugestão de uma reforma estatutária que previsse a suplência dos membros indicados pelas entidades (ATA nº 52/2000)<sup>39</sup>, porém, assim como a menção à possibilidade do Conselho indicar o presidente da Fundação (ATA nº 75/2002)<sup>40</sup>, não resultou em ação.

A posse de Liana Milanez Pereira na presidência da Fundação, em 2003, reanimou o Conselho na medida em que várias das solicitações deste, tais como o Projeto de Programação, foram de pronto atendidas (ATA nº 86/2003)<sup>41</sup>. O Conselho também colaborou na concepção do projeto de comemorações dos 30 anos da TVE-RS.

Esta situação de acordo pleno durou apenas até abril de 2004, quando Liana foi substituída por Paulo Roberto Bueno Vasques. Durante a gestão de Vasques chegaram ao Conselho reclamações de funcionários quanto ao relacionamento agressivo entre chefias e subordinados. Mais uma vez a alteração estatutária, com o objetivo de transferir a responsabilidade de indicação do presidente e demais cargos de chefia da Fundação ao Conselho, foi mencionada (ATA nº 100/2004)<sup>42</sup>.

A Comissão de Programação do Conselho avaliou a proposta de criação de um programa televisivo do Conselho na programação da TVE-RS, que voltou a ser debatida sem resultados concretos, e a freqüente presença do governador na programação, que chamou a atenção de alguns conselheiros (ATAs nº 95/2002 e 103/2004)<sup>43</sup>.

---

<sup>38</sup> Documento eletrônico.

<sup>39</sup> Documento eletrônico.

<sup>40</sup> Documento eletrônico.

<sup>41</sup> Documento eletrônico.

<sup>42</sup> Documento eletrônico.

<sup>43</sup> Documento eletrônico.

Em janeiro de 2005 assumiu a presidência da mesa do Conselho Vitor Zatti Faccioni, que já havia sido secretário e vice-presidente nas gestões anteriores. A vice-presidência foi assumida por Ercy Torma, representante da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e a secretaria ficou a cargo de Carolaine dos Reis, então representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG).

Antes do fim de sua gestão, Paulo Roberto Bueno Vasques nomeou um diretor técnico sem a consulta prévia do Conselho, o que, conforme a Ata nº 107/2005, motivou uma declaração de Faccioni:

[Vitor Faccioni] Disse que o Conselho têm [sic] tido um bom senso e uma disposição de aceitação muito grande sobre todos os aspectos, mas [...] já aconteceram situações em que o Conselho recebeu informações de programas que já estavam entrando na grade e/ou que seriam lançados sem que antes fossem discutidos no Conselho. Disse que uma televisão, é um processo que exige planejamento. Disse que se o pleno do Conselho aceitar correr o risco de questionamento de sua decisão, em função de uma decisão da diretoria executiva, que sabia a data da reunião, e mesmo assim correu o risco, este risco é da diretoria executiva (ATA nº 107/2005)<sup>44</sup>.

Em junho de 2005, assumiu a presidência da Fundação Rogério Caldana. Foi pauta das reuniões deste ano a preocupação com a captação de recursos, já que a Fundação passava por mais um momento financeiro difícil, e a inserção de publicidade institucional estava sendo amplamente debatida.

### 3.1 Estrutura

---

<sup>44</sup> Documento eletrônico.

O Conselho se constitui nominalmente de vinte e cinco membros<sup>45</sup>, sendo dezanove natos, e seis membros eleitos, que devem ser previamente indicados por, pelo menos, três conselheiros natos. Os membros natos se constituem de entidades organizadas da sociedade que são representadas nas reuniões por pessoas por elas indicadas. É de responsabilidade de cada entidade que ocupa vaga de membro nato a indicação e substituição, quando necessária, de seu representante.

Participam também das reuniões do Conselho, o presidente da Fundação, como mencionado anteriormente, e convidados como diretores da Fundação, consultores jurídicos, técnicos e especialistas para auxílio do Conselho, quando por ele solicitados.

As entidades participantes do Conselho foram inicialmente escolhidas pela comissão formada durante a gestão de Vieira da Cunha para a reelaboração do Estatuto da Fundação e criação do Conselho. Foram utilizados dois critérios: 1) entidades ligadas às áreas afins à Fundação: comunicação, educação e cultura, e 2) entidades que representassem a composição da sociedade (VIEIRA DA CUNHA, 2005)<sup>46</sup>. Estas entidades são ligadas aos setores da indústria, comércio e agricultura, ou seja, entidades ligadas à economia. Além disso, foram incluídas entidades representantes dos poderes Legislativo e Executivo (Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Cultura e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul). São membros natos (REGIMENTO..., 1997)<sup>47</sup>:

1) Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado. A única representante do Poder Legislativo do estado é uma das comissões permanentes da Assembléia e tem como função a apreciação de

---

<sup>45</sup> Os membros não têm vínculo empregatício com o Conselho ou a Fundação e não são remunerados pela participação.

<sup>46</sup> Entrevista concedida à autora em 18/10/2005.

<sup>47</sup> Documento eletrônico.

assuntos referentes à educação, cultura e patrimônio histórico e ao desenvolvimento artístico, científico e tecnológico;

2) Secretaria de Estado da Educação;

3) Secretaria de Estado da Cultura;

4) Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul, entidade de classe que congrega profissionais da área do jornalismo, como jornalistas profissionais, repórteres fotográficos, repórteres cinematográficos, diagramadores, ilustradores, chargistas e estudantes de jornalismo;

5) Fórum Estadual de Reitores, que não se constitui em uma entidade legalmente constituída. Seus representantes no Conselho fazem parte da área acadêmica e são indicados por reitores de universidades do Rio Grande do Sul;

6) Associação Riograndense de Imprensa (ARI), que é constituída por profissionais associados que exercem atividades nos veículos de comunicação social do Estado do Rio Grande do Sul;

7) Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul, entidade de classe;

8) Associação Profissional dos Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul (APTCRS), que reúne os profissionais da área e os representa;

9) Sindicato dos Músicos do Rio Grande do Sul, entidade de classe que representa a categoria dos músicos do estado junto à sociedade;

10) Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), que representa os 496 municípios gaúchos, por meio de 25 associações regionais;

11) Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio Grande do Sul (SINEPE-RS), sindicato patronal que tem como objetivo a qualificação da escola particular;

12) Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (SINPRO/RS), entidade sindical que representa os professores da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul;

13) Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/SINDICATO), entidade de classe dos profissionais da educação vinculados ao sistema estadual de ensino, anteriormente denominado Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul;

14) Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), que reúne empresas dos setores industriais como alimentação, vestuário, construção, químicos, gráficas, metalurgia etc;

15) Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), entidade que congrega as associações de produtores rurais;

16) Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), reunindo e prestando apoio a empresas ligadas ao setor econômico comercial;

17) Associação Riograndense de Propaganda (ARP), entidade preocupada em promover valorização da publicidade e propaganda e defende os interesses do mercado publicitário;



18) Representante dos Funcionários da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, que é escolhido dentre o corpo de servidores da Fundação;

19) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG/RS), instância estadual do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais que tem como objetivo coordenar e mobilizar a categoria dos trabalhadores rurais do estado.

Os demais membros são eleitos após serem indicados por, pelo menos três membros natos. Estes eleitos devem ser “[...] personalidades de ilibada reputação e notória dedicação à causa comunitária, notadamente nas áreas de Educação e Cultura” (REGIMENTO..., 1997)<sup>48</sup> e têm mandato de três anos, sendo possível uma reeleição. O conselheiro Vitor Faccioni exemplifica como são preenchidas as seis vagas de conselheiros eleitos: “A gente procura preencher as vagas de eleitos com segmentos que não estão representados no conselho” (FACCIONI, 2005)<sup>49</sup>.

A Mesa Diretora do Conselho é formada pelo presidente, vice-presidente e secretário que são eleitos dentre os conselheiros e têm mandato de três anos com possibilidade de uma reeleição.

A função do presidente, prevista no Regimento Interno<sup>50</sup>, é de representar, dirigir e supervisionar as atividades do órgão, assim como convocar as reuniões mensais. Ao longo do funcionamento do Conselho, coube ao presidente também ativar e reativar as comissões permanentes na medida em que as demandas solicitavam, como os momentos de avaliação e proposição de programação, com a comissão de programação, e reestruturação da comissão de marketing cultural, na busca de formas alternativas de

---

<sup>48</sup> Documento eletrônico.

<sup>49</sup> Em entrevista concedida à autora em 27 de outubro de 2005.

<sup>50</sup> Documento eletrônico.

financiamento das emissoras. As situações de esvaziamento pelo qual o Conselho passou exigiram também dos presidentes a constante preocupação em revitalizar o grupo.

Ao vice-presidente cabe auxiliar o presidente e substituí-lo quando necessário. A substituição do presidente ocorreu quase que constantemente durante a segunda gestão do presidente Daniel Herz<sup>51</sup>, quando este esteve afastado de muitas das reuniões por motivos de saúde.

O secretário tem a responsabilidade de formalizar os expedientes produzidos pela Mesa Diretora, lavrar as atas das reuniões, controlar a presença dos conselheiros e assessorar o presidente e o vice-presidente, funções estas também previstas no Regimento Interno<sup>52</sup>. Porém, constatou-se que as funções do secretário da Mesa são, na realidade, desempenhadas por uma assessora da presidência da Fundação, Liana Zogbi, que tem cargo técnico-administrativo, e assim foi desde o início do funcionamento do Conselho.

Os trabalhos do Conselho se efetivam através das comissões permanentes previstas no Capítulo VII do Regimento Interno do Conselho. As comissões são grupos de trabalho formados de três a sete conselheiros encarregados de elaborar estudos e dar pareceres em temas específicos. São elas: 1) comissão de programação; 2) comissão de marketing cultural; 3) comissão administrativo financeira e 4) comissão de desenvolvimento tecnológico.

A comissão de programação é comissão que mais se reuniu para propor alternativas de programação<sup>53</sup> e avaliar a programação que já está no ar. *“A programação, acaba fatalmente sendo a comissão mais ativa, pela própria responsabilidade do*

---

<sup>51</sup> 2002-2004

<sup>52</sup> Documento eletrônico.

<sup>53</sup> Ata nº 75/2002. Documento eletrônico: Houve a proposição de um programa discussão da mídia e divulgação das ações do Conselho.

*conselho*” (FACCIONI, 2005). Christa Berger, conselheira entre 1999 e 2002, descreve sua experiência na comissão de programação: “[...] nós fizemos uma avaliação da programação, entrevistando o produtor do programa e vendo a programação, analisando na perspectiva das condições propriamente para produzir esse programa [...]” (BERGER, 2005)<sup>54</sup>.

A comissão de marketing cultural foi criada a partir de um dos objetivos da alteração estatutária de 1995, que consistia em promover uma relativa independência financeira do estado a partir da captação de verbas de apoios culturais, propaganda institucional (VIEIRA DA CUNHA, 2005) e foi mobilizada em momentos de apresentação de projetos especiais que buscaram financiamento junto à empresas privadas e estatais<sup>55</sup>. Na avaliação de Faccioni, “[...] [a comissão de] marketing praticamente se transforma em captação e também uma questão que é mais executiva do que do Conselho” (FACCIONI, 2005).

A comissão administrativo financeira é responsável por analisar questões mais burocráticas como avaliar contratos e elaborar pareceres sobre os orçamentos anuais apresentados pela direção executiva da Fundação. Faccioni resume os trabalhos da comissão “[...] tem algo que precisa ser aprovado e acabou, não tem riqueza de debate [...]” (FACCIONI, 2005).

A comissão de desenvolvimento tecnológico raramente foi ativada. Uma das razões para o desestímulo do debate pode ser a inviabilidade de modernização ocasionada pela situação de escassez de recursos em muitos períodos. Além disso, Faccioni afirma: “É uma unanimidade que precisa ser feito na comissão de tecnologia [...]” (FACCIONI,

---

<sup>54</sup> Em entrevista concedida à autora em 28 de outubro de 2005.

<sup>55</sup> Atas nº 11/1996, 21/1997, 23/1997, 25/1998, 26/1998, 34/1999, 53/2000, 89/2003, 90/2003, 95/2004, 101/2004, 107/2005, 108/2005, 110/2005. Documento eletrônico.

2005), referindo-se a necessidade constante de manutenção de equipamentos e atualização tecnológica.

### 3. 2 Diretrizes da Fundação Cultural Piratini

O documento *Diretrizes para as emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão*<sup>56</sup> foi aprovado em 31 de maio de 1999 pelo Conselho Deliberativo<sup>57</sup>. Os debates para a formulação das diretrizes identificaram a deficiência da sociedade em se apropriar dos meios de comunicação:

Percebe-se que os setores organizados da sociedade, no seu conjunto, ainda não têm uma compreensão estratégica sobre o papel dos meios de comunicação de massa. Sentem o incômodo dos seus efeitos, mas não conseguem gerar base de consenso em torno de um projeto para o seu controle e orientação em bases democráticas (DIRETRIZES..., 1999a)<sup>58</sup>.

Para tanto, uma série de proposições estão presentes no documento elaborado pelo Conselho e estão subdivididas em (1) finalidades, (2) diretrizes para a programação das emissoras e (3) diretrizes específicas para a programação da TVE-RS.

As finalidades indicam a razão de ser das emissoras públicas em relação à mídia em geral e o espaço regional e que podem ser estendidas, além da TVE-RS, para as demais emissoras de caráter público: (1) redefinição das relações entre estado, sociedade e mídia para a reestruturação do sistema de comunicação no que diz respeito aos papéis educativo, cultural, político e econômico por ele desempenhado; (2) valorização e divulgação em âmbito estadual, nacional e internacional das referências culturais locais,

---

<sup>56</sup> Documento eletrônico.

<sup>57</sup> O Conselho Deliberativo será assunto dos capítulos seguintes.

<sup>58</sup> Documento eletrônico.

fazendo frente à centralização da produção e da massificação dos conteúdos; (3) capacitação do cidadão para a assimilação dos “[...] aspectos humanizadores da cultura universal e para a resistência crítica a elementos desagregadores [...]” como afirmação positiva para a conquista da autonomia estratégica e da soberania nacional; (4) mobilização dos setores organizados da sociedade quanto à dimensão estratégica da comunicação; (5) capacitação dos cidadãos para a leitura crítica dos meios de comunicação tanto na defesa da cidadania e da dignidade humana quanto no debate estético; (6) contribuição para a formação de um pólo regional de “[...] elaboração teórica, técnico-científica e política sobre comunicação [...]” e de produção audiovisual; (7) qualificação do mercado de comunicação, com o fortalecimento da produção independente, através do estímulo à pluralidade de expressão; (8) regionalização da produção para promoção da independência quanto às restrições impostas pela distribuição de produção do eixo Rio-São Paulo; (9) desenvolvimento do estado como um expoente de produção audiovisual com a valorização regional e, em especial, do Mercosul (DIRETRIZES..., 1999a)<sup>59</sup>.

Observa-se a presença da regionalização como prioridade dentre as proposições, pois ocupa três das oito finalidades apresentadas. Há também forte tendência à valorização do próprio estado como produtor audiovisual. Porém destaca-se como elemento mais importante a finalidade de capacitar cidadãos para assimilação de valores humanizadores da cultura universal, mencionado no item 3, e a capacitação para a leitura crítica dos meios de comunicação.

Como condição para o alcance dessas finalidades, há o reconhecimento da necessidade da ampla participação de todos os setores da sociedade para o estímulo da afirmação da cidadania e da dignidade humana, e para a interferência na programação

---

<sup>59</sup> Documento eletrônico.

proposta através da conseqüente identificação e comprometimento da população com o debate das suas demandas com o governo (DIRETRIZES..., 1999a)<sup>60</sup>.

As diretrizes gerais versam sobre a necessidade de abrangência geográfica de cobertura quanto ao seu conteúdo e a abordagem diferenciada desse conteúdo, já que se reconhece a importância da contextualização e análise dos temas e assuntos apresentados, sempre preservando o “[...] princípio da observância da pluralidade de versões em matéria controversa [...]” (DIRETRIZES..., 1999a)<sup>61</sup>.

Se, por um lado, as diretrizes afirmam a necessidade de abrir as emissoras a experiências e inovações, rompendo com a repetitividade e se colocando como alternativa de programação “[...] não condicionadas pelas exigências comerciais e técnicas, em particular às de audiência [...]”, por outro lado reconhecem que devem buscar a aceitação do público “[...] preservando um reconhecido padrão de qualidade [...]”. E mais: a segunda diretriz aponta a necessidade de qualificação para a competição com as emissoras comerciais na *disputa pela audiência* (DIRETRIZES..., 1999a, grifo meu)<sup>62</sup>.

Quanto ao governo do estado como objeto jornalístico, as diretrizes exigem que a cobertura dos fatos referentes ao governo seja “[...] jornalisticamente justificável [...]”, onde se respeite sua apresentação “[...] em contexto de exercício de controvérsia [...]”. Porém, uma dessas diretrizes preserva o direito do governo ser tema de coberturas nas emissoras da Fundação quando esta situação se caracterizar como oferta da pluralidade de versões que não esteja sendo oferecida pelo restante da mídia (DIRETRIZES..., 1999a)<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Documento eletrônico.

<sup>61</sup> Documento eletrônico.

<sup>62</sup> Documento eletrônico.

<sup>63</sup> Documento eletrônico.

Finalmente, as diretrizes garantem o direito do cidadão de ter uma “[...] relação humanizada [...]” com as emissoras de rádio e televisão, evitando o sensacionalismo e preservando o direito do espectador de ser estimulado a desenvolver outras atividades que enriqueçam sua cultura, levando as emissoras a afirmarem-se “[...] como veículo e não como fim ou apenas mensagem [...]” (DIRETRIZES..., 1999a)<sup>64</sup>.

As diretrizes específicas elaboradas para a TVE-RS dão ênfase à regionalização, valorizando a produção local em detrimento da repetição de programas nacionais ou internacionais, a não ser que estes tenham interesse estadual. Salienta-se que este posicionamento, de predomínio da programação estadual, enfraquece o projeto das redes nacionais de TVs Educativas, proposto pela Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC)<sup>65</sup>, da qual a TVE-RS faz parte.

Através das finalidades específicas definidas anteriormente, um segundo documento, *Diretrizes para a elaboração de programação das emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão*<sup>66</sup>, também elaborado pelo Conselho Deliberativo, define o perfil da programação mais apropriado para operacionalizar os conceitos já discutidos. Há a definição de três eixos de configuração, forma e conteúdo: 1) Eixo de Experimentação e Formação Cultural Relevante, em que se privilegia a valorização das referências culturais e o telejornalismo como conhecimento transcendente ao entretenimento e ao espetáculo; 2) Eixo de Capacitação dos Cidadãos, em que se busca a capacitação do cidadão para uma leitura crítica dos meios de comunicação, o estímulo à reflexão e autonomia intelectual e, através do entendimento do papel estratégico da comunicação e a mobilização para o exercício da cidadania com a adoção de práticas de

---

<sup>64</sup> Documento eletrônico.

<sup>65</sup> Sobre a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais ver: <[http://www.abepec.com.br/a\\_entidade.asp](http://www.abepec.com.br/a_entidade.asp)>. Acesso em 02/11/2005.

<sup>66</sup> Documento eletrônico.

cooperação e solidariedade para a resolução de problemas de interesse social; e 3) Eixo de Qualificação dos Sistemas de Comunicação no RS, que objetiva a formação do estado como um pólo de elaboração teórica, técnico-científica e política sobre comunicação e produção audiovisual, a qualificação das emissoras através da competição e a veiculação exclusiva de programação relevante (DIRETRIZES..., 1999b)<sup>67</sup>.

Numa breve análise das Diretrizes para as emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão e das Diretrizes para a elaboração de programação das emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, observa-se a forte presença de um protecionismo cultural, que se justificaria num dos diferenciais da TV Pública em relação às TVs Comerciais, que é divulgar os valores culturais locais já que a TV comercial tende a pasteurizar e massificar os regionalismos. Para isso, reconhece que o Rio Grande do Sul deve se firmar como pólo de discussão e de produção de produtos televisivos (DIRETRIZES..., 1999b)<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Documento eletrônico.

<sup>68</sup> Documento eletrônico.



#### 4 ANÁLISE DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo foi criado para permitir a participação da sociedade nas decisões relativas à Fundação Cultural Piratini. Vieira da Cunha (2005) comenta as discussões preliminares que culminaram na instituição do Conselho: “[...] se discutiu muito que tipo de encorpamento deveria se dar à TVE e à Rádio FM Cultura no sentido de torná-las mais importantes dentro da sociedade e com uma concepção melhor em termos de funcionamento. E, dessas conversas, surgiu a inspiração de se criar uma estrutura nova dentro da TVE e da FM Cultura, que possibilitasse uma participação maior de pessoas e de instituições” (VIEIRA DA CUNHA, 2005).

Para Berger (2005), a função primordial do Conselho é representar a sociedade civil através de seus membros. Ostermann (2005)<sup>69</sup> afirma: “Ele é um canalizador das exigências que essas entidades podem fazer passar através dos seus representantes na reunião do Conselho”. Em decorrência dessa participação social se imaginava que as influências do governo na administração da Fundação seriam minimizadas e uma maior autonomia editorial e continuidade dos projetos seriam postas em prática. Ou seja, a administração da Fundação seria “democratizada” (OSTERMANN, 2005). Silva (2005) concorda com essa afirmação: “[...] é uma representatividade que simboliza a democracia no sentido de todo o cidadão, todos os segmentos poderem participar de um órgão público, até mesmo fiscalizar algumas ações e, com isso, colaborar” (SILVA, 2005)<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Em entrevista concedida à autora em 7 de novembro de 2005.

<sup>70</sup> Em entrevista concedida à autora em 8 de novembro de 2005.

O Conselho tem outras atribuições, tais como fiscalizar a programação segundo diretrizes que assegurem sua pluralidade e qualidade. Como ressalta Márcia Escobar (2005)<sup>71</sup>, dizem respeito ao Conselho todas as atividades que interfiram na programação das emissoras da Fundação como: “[...] *estabelecer diretrizes de programação, cobrar que essa programação da direção esteja dentro das diretrizes, cobrar qualidade [...]*”. Vieira da Cunha (2005) ressalta os objetivos iniciais: “*O Conselho foi estabelecido tendo como função principal, a missão de zelar pela qualidade da programação da TVE e da FM Cultura e ajudar a própria administração a gerir o negócio todo*” (VIEIRA DA CUNHA, 2005).

Porém, para o andamento dos projetos da Fundação, há a necessidade de que as finalidades da própria entidade sejam debatidas. O Conselho também tem o papel de discutir conceitualmente a televisão que deve ser feita para que se atinjam os objetivos que ele propõe: “*O Conselho tem a responsabilidade de, dentro do que é possível, fazer com que a Fundação caminhe no sentido de ser uma TV pública – que é o grande desafio das TVs*” (FACCIONI, 2005).

#### **4.1 Ingerência do estado**

A presidência da Fundação está ligada essencialmente com as concepções e objetivos do governo estadual, pois este tem em mãos a direção executiva da entidade, “[...] *eles [os membros da direção executiva da Fundação] têm que seguir a linha do governo do estado, afinal de contas eles são nomeados pelo governador*” (ZOGBI,

---

<sup>71</sup> Em entrevista concedida à autora em 26 de outubro de 2005.

2005)<sup>72</sup>. Historicamente, as relações entre o governo e a Fundação sempre representaram um jogo de forças, primeiramente entre os funcionários e a presidência<sup>73</sup> e, posteriormente, entre o Conselho e a presidência. Como observa Faccioni (2005), isso se dá “[...] *naturalmente, já que divergências sempre existem e são muito saudáveis*”. Nessa relação há um desequilíbrio ocasionado pelo poder econômico representado pelo governo. A Fundação depende do dinheiro público repassado através do orçamento estadual. Essa situação faz com que haja uma relativização do conceito de TV pública aplicado à TVE-RS “[...] *a TV só vai poder ser pública no momento em que ela se auto-sustentar*” (ZOGBI, 2005). Essa idéia não pode ser tomada ao pé da letra, pois desconsidera a sociedade que contribui através de impostos para seu financiamento, porém, exemplifica a dependência editorial a que a TVE-RS pode ser submetida: “*A questão do financiamento é muito básica para a autonomia. Enquanto for o governo que banca todos os custos da TV, sempre vai haver interferência. O avanço na questão da TV pública passa por uma revisão na maneira de financiar a TV*” (FACCIONI, 2005).

O Conselho teria, entre seus propósitos, ser um órgão supra-estatal, que desse continuidade aos projetos e não dependesse das políticas governamentais, pois “[...] *os governos passam, mas as instituições ficam*” (VIEIRA DA CUNHA, 2005). O Conselho teria poderes para alterar um cenário intrinsecamente ligado ao governo: “[...] *eu e todos os colegas tínhamos esperança de que o Conselho pudesse mudar a forma de gestão dentro da TVE e da FM Cultura. Sempre foi uma gestão muito governamental, dependendo do partido era feito um tipo de programação, dependendo do partido, era escolhido um tipo de gente na direção. Sempre muito político-partidária*” (ESCOBAR, 2005).

---

<sup>72</sup> Em entrevista concedida à autora em 13 de outubro de 2005.

<sup>73</sup> Como analisado no Capítulo 2.

O diagnóstico que Escobar faz do desempenho do Conselho neste âmbito não é positivo: “A TVE-RS era uma TV estatal. O Conselho foi criado para que se tornasse uma emissora pública, mas não aconteceu nada disso”. Escobar afirma que a TVE-RS “continua sendo uma emissora estatal, comandada pelo governador e os eleitos por ele para dirigi-la” (ESCOBAR, 2005). Berger (2005) também afirma: *“Ela [a TVE-RS] é do governo, apesar de se dizer pública, porque é o governo que indica o presidente. Então isso já é, na origem, uma demonstração de que ela não é pública. Ela é do governo e isto, de certo modo, imprime uma direção e um certo modo de ver a TVE que não é a de uma TV pública. Uma TV pública seria o inverso. O Conselho seria tão presente que ele indicaria o nome que, de repente, nem tem a ver com a mudança de gestão. Porque uma televisão que fica submetida a uma mudança de gestão política não consegue ser pública, porque ela tem que mudar a cada quatro anos”*.

O conselheiro Mario Ronaldo Oliveira da Silva afirma: *“Essa relação de poder sempre vai existir, enquanto tiver uma mantenedora que é política, a gente vê que as indicações também são”* (SILVA, 2005).

É possível identificar que uma das funções do Conselho, a de ser superior às ingerências do governo estadual, garantindo continuidade de projetos independentemente das mudanças políticas, não pode ser cumprida plenamente, considerando a forte influência que a nomeação da direção executiva provoca no funcionamento da Fundação.

Dois episódios exemplificam a influência do governo até mesmo no Conselho Deliberativo. Em 1997, quando houve a formação do Conselho, o presidente da Fundação se envolveu diretamente no convite das entidades participantes. Ruy Carlos Ostermann, que ocupou uma das seis vagas de conselheiro eleito e foi eleito pelo Conselho para

presidente da mesa diretora<sup>74</sup>, foi indicado pessoalmente pelo governador Antonio Britto: “[...] *constituiu-se exatamente a natureza da [minha] participação, ou seja, eu entrar como uma cota do governo do estado, pela circunstância de ser um jornalista, de ter atividades marcadamente nessa área e ter conhecimento bastante razoável, sobretudo, de produção. Então, eu fiz parte dessa cota. Foi assim que eu entrei*” (OSTERMANN, 2005).

É importante ressaltar que o Estatuto da Fundação, tampouco o Regimento Interno do Conselho, prevêm a indicação de conselheiro por parte do governo estadual. Também a eleição de Daniel Herz para a presidência da mesa diretora<sup>75</sup> em 1999 foi relacionada, no depoimento de Escobar, à ascensão de Olívio Dutra ao governo do estado: “[...] *O PT [partido político de Olívio Dutra] estava assumindo – já tinha ganhado a eleição, ia assumir o governo [...]. Ostermann, o presidente do Conselho, queria se reeleger [...], mas o PT e os diretores da casa, que já estavam nomeados, não queriam. Então houve um acerto, não sei te explicar bem como, acho que através do Sindicato dos Jornalistas, que atuou e conversou com o Ostermann, para que ele cedesse. E foi feito esse acordo. Ele ficaria como membro eleito e o Daniel seria eleito para o Conselho. O nome foi colocado e todos os membros do Conselho o elegeram. Porque o presidente é eleito pelo Conselho. Mas tudo é negociado*” (ESCOBAR, 2005).

Ruy Carlos Ostermann apresenta o mesmo fato com poucas diferenças: “[...] *o conselheiro Herz era, na verdade, um homem muito informado, representava, inclusive, um pensamento claro. E eu penso que nós fizemos uma substituição que eu consenti, não quis estabelecer muita discussão e, muito menos, uma concorrência. Eu, tão pronto percebi que a negociação passava por setores bem significativos, pela inclusão dele e,*

---

<sup>74</sup> A Ata nº 02/1995 informa que a indicação de Ostermann para a presidência da mesa diretora partiu do conselheiro Antônio Gonzales, representante da ARI. (Documento eletrônico).

<sup>75</sup> A Ata nº31/98 informa que Daniel Herz foi indicado como conselheiro eleito por José Pedro Goulart em novembro de 1998. Herz tomou posse em dezembro de 1998 (Ata nº 32/98) e foi indicado e eleito presidente da mesa diretora em janeiro de 1999 (Ata nº 33/99).

*necessariamente, portanto, eu só poderia permanecer se o desafiasse num contexto de votação – o que eu achei absolutamente sem sentido, dentro de uma instituição que nunca tinha feito nada disso. Então, eu me afastei e fiquei apenas como conselheiro no último período”* (OSTERMANN, 2005).

Ainda que as versões sobre a indicação de Daniel Herz apresentem diferenças, em ambos os depoimentos é mencionado o esforço de instâncias superiores em substituir o então presidente Ostermann, que estava nitidamente ligado ao governo anterior, opositor ao grupo político que estava assumindo o governo estadual. É importante deixar claro que não se questiona aqui o mérito e a competência dos indivíduos acima citados, apenas se exemplifica sua ligação com as forças políticas no poder naquele momento.

## **4.2 Representatividade**

Como apontado no capítulo anterior, a escolha das entidades integrantes do Conselho seguiu alguns critérios. Foram incluídas, primeiramente, instituições ligadas à comunicação, educação e cultura. Também foram convidadas entidades que representassem a sociedade como um todo: “[...] *tinha o critério das entidades mais representativas da sociedade. Então aquelas identificadas como as principais entidades do ponto de vista da representação no nosso corpo societário, foram convidadas a participar*” (VIEIRA DA CUNHA, 2005).

Essas entidades, consideradas “*mais representativas*” (VIEIRA DA CUNHA, 2005), eram representantes de setores econômicos da sociedade, como federações das indústrias, comércio e agricultura. Foram também incluídas entidades ligadas ao poder público.

Para uma visualização da composição do Conselho, apresenta-se uma classificação baseada na natureza das instituições, adaptada das classificações sistematizadas por Kowarick (*apud* BRUXEL, 2005, p. 59) e Lobato (2004 p. 192-193), em que a esfera governamental é representada por instituições dos Poderes Executivo e Legislativo estaduais; a esfera dos trabalhadores é representada por entidades de classe do trabalho, como sindicatos e associações; a esfera empresarial é representada por federações ligadas à economia e entidades patronais e a esfera social é representada por organizações sociais e pelos conselheiros eleitos. No quadro a seguir (figura 2), vê-se a distribuição dos membros do conselho segundo essas esferas:

Entidade/Esfera	Governamental	Trabalhadores	Social	Empresarial
Comissão da Assembléia Legislativa	1			
Secretaria Estadual da Educação	1			
Secretaria Estadual da Cultura	1			
Sindicato dos Jornalistas		1		
Fórum de Reitores			1	
ARI		1		
Sindicato dos Radialistas		1		
APTC		1		
Sindicato dos Músicos		1		
FAMURS			1	
SINEPE(RS)				1
SINPRO/RS		1		
CEPERS/SINDICATO		1		
FIERGS				1
FARSUL				1
FEDERASUL				1
ARP				1
Funcionários da FCPRTV		1		
FETAG		1		
Eleitos			6	
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>5</b>

Figura 2: Quadro da composição do Conselho por esferas de atuação  
Fonte: Dados disponíveis no Estatuto da Fundação Cultural Piratini<sup>76</sup>.

<sup>76</sup> Documento eletrônico.

Os assentos do Conselho são assim distribuídos:

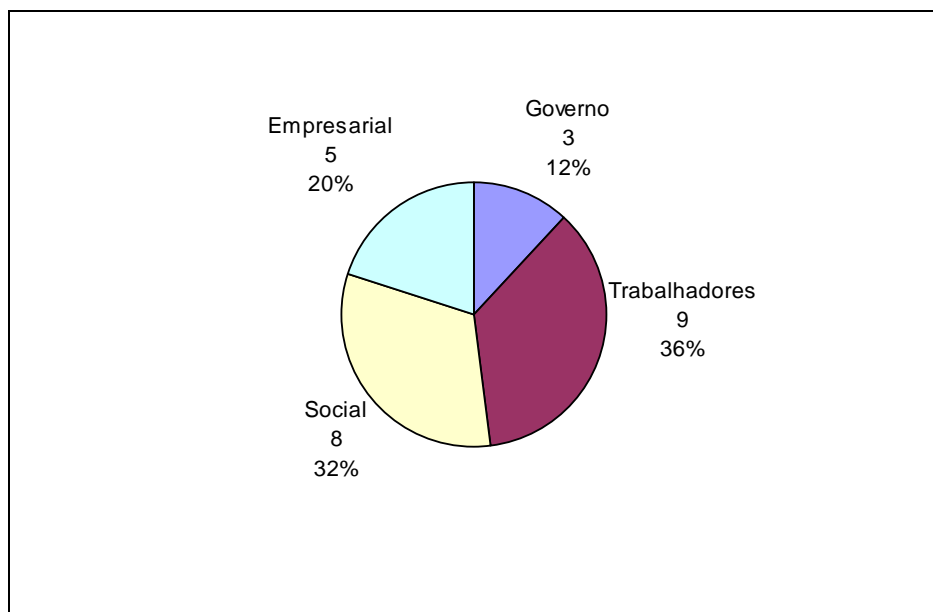


Figura 3: Gráfico da composição do Conselho por esferas de atuação  
Fonte: Dados disponíveis no Estatuto da Fundação Cultural Piratini<sup>77</sup>.

Esta sistematização, apresentada na figura 3, permite a visualização da composição do Conselho segundo os critérios adotados e demonstram a predominância da participação de trabalhadores das áreas da educação e da comunicação, seguidos pelo segmento social, representada, basicamente, pelos representantes eleitos. O governo, por sua vez, ocupa a menor parcela da representação.

O Poder Executivo conta com dois assentos no Conselho, sendo eles da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria Estadual da Cultura. Porém, sua influência vai além, como aponta Escobar (2005): “[...] seja que governo for, a maioria da composição do Conselho é ligada ao governo. Então, seja que partido for, o governo vai

---

<sup>77</sup> Documento eletrônico.



*ter maioria no Conselho, porque são secretarias, esses órgãos como FIERGS, FEDERASUL<sup>78</sup>, não querem briga com o governo”.*

Quando questionado sobre essa afirmação, Mario Ronaldo Oliveira da Silva afirma: *“Não percebi, mas acho que é bem lógico. É possível. É uma tendência natural”* (SILVA, 2005). Segundo Vieira da Cunha (2005), *“[...] duas ou três entidades, até por uma questão ideológica, alteram seus representantes, para ter mais ou menos afinidade com quem está no poder. [...] até porque, sai o presidente, inevitavelmente essa influência política acaba acontecendo. Não poderia ser diferente”.*

A maior parte dos entrevistados julgou a disposição das cadeiras do Conselho satisfatória, porém Berger ressalta a ausência de entidades, como, por exemplo, representantes de movimentos estudantis, de negros e de mulheres (BERGER, 2005).

A necessidade de mobilidade nessa representação foi apontada por Christa Berger como um dos pontos a serem revistos *“[...] eu acho que seria bem importante fazer uma revisão [das entidades representadas]. A sociedade muda. Isso precisaria ser pensado”* (BERGER, 2005). Faccioni concorda com essa afirmação e lembra a solução apresentada pelo Conselho para suprir essas deficiências de representação *“A gente procura preencher as vagas de eleitos com segmentos que não estão representados no Conselho”* (FACCIONI, 2005).

As opiniões sobre qual seria a representação ideal no Conselho divergem *“Eu acho que falta uma cultura política de representatividade”* (BERGER, 2005). Isso explicaria por que as visões dos entrevistados quando ao posicionamento das entidades foram tão díspares. Silva identifica a ampla participação de todos os setores organizados da

---

<sup>78</sup> Faz-se a ressalva de que representante indicado pela FEDERASUL, Vitor Zatti Faccioni, não foi substituído nas transições de governo de 1999 e 2003.

sociedade para a construção de uma Fundação que inclua os mais variados grupos: “[...] o grupo [o Conselho] é bem heterogêneo, com pessoas com bastante conhecimento, que, com certeza, podem contribuir para o crescimento da TVE. [...] Acho que, se a gente for analisar, todos têm condições de opinar sobre TV, mesmo não sendo da área. A bagagem cultural que essas pessoas têm dá para transitar tranqüilamente, sem problema nenhum” (SILVA, 2005).

Porém, a falta de vínculo com as áreas da comunicação é apresentada como um empecilho para a evolução das discussões: “[...] o cara não assiste televisão, não representa efetivamente a sua entidade, não tem uma discussão do que deve ser a TV” (BERGER, 2005). Escobar (2005) acrescenta: “Alguns são mais interessados porque têm alguma vinculação. Eu acho que essa representação no Conselho tinha que ser revista. Como ter uma representação abrangente das várias representações da sociedade, mas não através de entidades que indicassem membros quaisquer, sem muita vinculação”.

Estas não são as únicas barreiras que o Conselho encontra para seu pleno funcionamento. O compromisso das entidades em relação ao Conselho sofre alterações particulares: “[...] vai de entidade para entidade. Desde entidades que ignoram a existência do Conselho até entidades que têm um compromisso propriamente. Depende da gestão da entidade. A gente passa por momentos diferentes. Daqui a pouco muda o presidente da entidade, que tem uma visão diferente” (FACCIONI, 2005).

A maior participação do representante também foi relacionada à importância que ele tem dentro de sua própria entidade. Christa Berger entende que membros da diretoria e presidência das instituições geralmente respondem por elas e não emitem apenas pareceres pessoais. Por estarem presentes às discussões internas de sua entidade, têm capacidade para responder por ela nas deliberações (BERGER, 2005). Para Márcia

Escobar (2005), os conselheiros “*sempre se coloca[m] no Conselho pessoalmente, não em nome da entidade*”. Isto pode ser apenas um reflexo da falta de discussões internas das instituições sobre o posicionamento que os conselheiros devem adotar nas deliberações do Conselho, como Berger aponta acima, e é exemplificado por Silva (2005), representante da FIERGS: “*Não teve [no Conselho] nenhuma iniciativa maior que tivesse que ser trazida aqui para a FIERGS para discutir, para a gente, em conjunto com a superintendência, levar um posicionamento, não. Tudo que aconteceu lá até hoje votei sem problema nenhum e tudo bem*”.

Através dos depoimentos recolhidos, podem-se identificar como características da representação no Conselho: 1) representantes que possuem respaldo de sua entidade para as discussões do Conselho; 2) representantes que não possuem respaldo de sua entidade para as discussões do Conselho; 3) representantes não vinculados diretamente à entidade que representam, mas que possuem méritos pessoais para ocupar tal posição.

No primeiro caso ter-se-ia como exemplo a representação dos funcionários da Fundação Cultural Piratini, que estão intimamente ligados à situação da Fundação, o que os torna muito atuantes, e o Sindicato dos Jornalistas que, como citado por Faccioni (2005), Escobar (2005) e Berger (2005), é um exemplo de entidade que participa ativamente das discussões do Conselho, trazendo posicionamentos da classe de profissionais que representa. No segundo exemplo, apresentam-se entidades como a FIERGS, que, conforme depoimento de seu representante, não conduz uma discussão no âmbito da entidade que oriente seu conselheiro (SILVA, 2005). No terceiro exemplo, apresentam-se entidades como o Fórum dos Reitores, que não é uma instituição legalmente constituída e que seleciona seu representante independentemente da inserção na entidade, conforme o mérito pessoal (BERGER, 2005).

Além de entidades com essas características de participação, estão nominalmente presentes entidades como a Comissão de Educação, Cultura, Desporto da Assembléia Legislativa, que esteve presente na época da criação do Conselho (VIEIRA DA CUNHA, 2005), mas depois deixou de ocupar efetivamente seu assento. Os entrevistados foram unânimes ao citá-la como um exemplo negativo no conjunto das entidades “*Tem entidades que não só poderiam estar participando, gerando debate, como também se beneficiando e gerando benefícios, mas nem aparecem*” (FACCIONI, 2005).

O último ponto que será abordado em relação aos membros do Conselho e sua representatividade foi uma constatação de alguns dos entrevistados e que já foi tratada de certa forma no item anterior<sup>79</sup>: as influências do governo estadual também são identificadas através de seus representantes dentro do Conselho.

### 4.3 Funcionamento

Quando o Conselho foi instalado não existia ainda um Regimento<sup>80</sup> que orientasse quanto ao seu funcionamento. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão<sup>81</sup> foi elaborado e aprovado apenas em novembro de 1997, mais de dois anos após a ativação do Conselho<sup>82</sup>. Segundo Ostermann (2005), a minuta elaborada pelo Conselho passou por várias instâncias para que fosse adequada às regras da administração pública estadual e às normas jurídicas. No período em que o Conselho esteve desamparado pelo Regimento, seu funcionamento se deu através do

---

<sup>79</sup> 4.1. Ingerência do estado

<sup>80</sup> O Estatuto da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão atribui ao Conselho a competência de elaborar seu Regimento Interno (Art. 21 inciso I).

<sup>81</sup> Documento eletrônico.

<sup>82</sup> O Conselho iniciou seus trabalhos em 31 de outubro de 1995 (ATA nº 01/1995).

exercício das funções que o Estatuto da Fundação lhe atribui e também através do “*bom senso*” de seus membros, como afirma Vieira da Cunha (2005): “[...] *o Conselho deveria ter um presidente, um vice, um secretário. No primeiro momento que se reuniu, o Conselho já tratou de resolver essa questão mais imediata e objetiva. E o bom senso em relação a votações e a prestações de assuntos vigorou até que o Regimento viesse a ser feito. O Regimento é só uma bengala, um apoio para que as coisas sejam bem respaldadas*”.

Ostermann, então presidente da mesa do Conselho, também explica como se deu o funcionamento do órgão naquele período: “*Nós trabalhamos por bom senso. Na medida em que você constitui um núcleo diferenciado de participação e que tinha a característica de ser uma participação representativa dos setores ligados a uma TV de algum modo, ou à produção de TV, a gente procurou equilibrar por aí, enquanto aguardava o momento em que a gente poderia definir isso mais claramente*” (OSTERMANN, 2005).

Vieira da Cunha (2005) afirma que a ausência do Regimento não causou prejuízos para o funcionamento do Conselho, pois ele funcionou naquele período contando com o entendimento e “*boa vontade generalizada entre as pessoas que participavam daquele agrupamento*”.

Sobre aquele período, Ostermann analisa positivamente as ações do Conselho, principalmente no âmbito da discussão da programação: “*Eu acho que nós conseguimos, sobretudo, por exemplo, discutir toda a programação. Mesmo aquela que vinha pelo convênio existente da TV Cultura, da TVE Brasil do Rio. A gente conseguiu estabelecer uma boa discussão. E criou espaço para muitos programas locais, que valorizavam a cultura no jornal. Isso foi uma coisa muito importante*” (OSTERMANN, 2005).

Apesar desse balanço positivo quanto à programação, algumas dificuldades foram identificadas como barreiras para a aplicação plena de muitos dos planos do Conselho: “[...] *muitos dos sonhos, das fantasias que a gente como que azeitava, nunca chegaram a se realizar porque há uma dificuldade muito grande entre o que você pensa que pode fazer e o que você realmente pode fazer*” (OSTERMANN, 2005).

Essas dificuldades foram atribuídas por Ostermann às divergências do próprio grupo e à interferência exercida por pressões em diferentes sentidos, o que acabava “anulando alguns esforços” e que seria característica das empresas públicas. Mas quanto ao objetivo de aproximar a “sociedade cultural” da Fundação, segundo Ostermann (2005), isso foi cumprido.

O então presidente da Fundação, Vieira da Cunha, vê positivamente a criação do Conselho na medida em que o corpo deliberativo colaborou para o fortalecimento da Fundação como instituição: “*Eu acho que o Conselho deu uma grande ajuda institucional [...]. Do ponto de vista operacional a contribuição dele é pequena, mínima, até porque ele é, como diz o nome, deliberativo. Não tem nada a ver com a parte executiva. Mas, do ponto de vista institucional, ele ajudou muito para que a parte executiva transcorresse com mais normalidade e critério. Acho que o Conselho tem um grande papel, pois ele funciona quase como um auditor do executivo*” (VIEIRA DA CUNHA, 2005)

Outros entrevistados avaliaram o funcionamento do Conselho de maneira diferente: “*O Conselho tem uma série de atribuições, mas se você quer que eu diga se ele realmente faz cumprir essas coisas, não faz*” (ESCOBAR, 2005). Silva afirmou que um dos problemas que impedem a evolução das discussões do Conselho é a falta de objetividade nos temas tratados: “*E vejo também que, às vezes, desvirtua-se a sessão para essas questões de aumento salarial, as questões do currículo do diretor que assumiu. Aí se*

*divaga muito e não se objetiva questões mais específicas, como analisar efetivamente as grades de programação, as questões da modernização da rádio [...]. Fica-se nessas divagações, nesses assuntos que, até certo ponto, são importantes, mas que não têm uma solução imediata enquanto outras coisas poderiam ser tocadas, como a questão do marketing, da captação de recursos, da viabilidade ou não de vender espaços para terceiros, uma série de outros assuntos que realmente fizessem a TV funcionar” (SILVA, 2005).*

Segundo a avaliação de Christa Berger, mesmo na avaliação da programação, o Conselho não consegue atuar plenamente por deficiências estruturais que não lhe dão poderes para vetar programas, por exemplo. Ainda assim, Berger afirma que o Conselho consegue exercer uma fiscalização rigorosa quanto à aplicação de verbas e aprovação de contratos no seu período como conselheira: “[...] *Era rigoroso o controle, se contratava alguém, pra onde ia o dinheiro, se podia contratar fora [do corpo de servidores], ou não”* (BERGER, 2005).

Porém, nem mesmo essa função de controlar investimentos e contratações foi exercida plenamente pelo Conselho, segundo Faccioni. O Conselho passou por períodos<sup>83</sup> em que as ações da presidência, que deveriam ser previamente aprovadas pelo órgão, eram postas em prática antes mesmo de serem apresentadas ao Conselho: “*Uma das responsabilidades do Conselho é aprovar contratos. Exatamente nesse período que discutimos, os contratos chegavam três meses depois de estarem sendo praticados para a aprovação do Conselho [...]. Teve contratos ali que a gente até se absteve de aprovar. Não tinha mais sentido”* (FACCIONI, 2005).

---

<sup>83</sup> Refere-se ao período em que o Conselho estava em conflito com a direção executiva da Fundação (entre 2000 e 2002).

Márcia Escobar afirma que o Conselho, no período em que foi conselheira, “não se fez respeitar” por não usar os poderes dos quais dispõe. Segundo Escobar (2005), o Conselho tinha receio de “comprar briga com a direção da casa”, portanto tentava contornar os problemas sem solucioná-los.

Em todos os depoimentos o poder do Conselho de indicar o presidente da Fundação foi apontado como necessário para uma maior atuação: *“Essa seria uma mudança bem importante. De ser um órgão mais presente, ou, pelo menos, consultado sobre quem vai ser o presidente, e não só o nome vir do governo e o Conselho assinar. Ele devia ser um órgão, pelo menos, deliberativo. E ele não consegue. Eu acho que a discussão de quem é o presidente seria uma função importante”* (BERGER, 2005).

Mas a indicação da presidência faz parte de problemas estruturais que incluem o Regimento Interno, como identificado por Faccioni: *“[...] as restrições do Conselho para exercer seu papel não se resumem à questão do Conselho, são da própria Fundação como um todo. Uma outra questão que necessita uma atuação mais efetiva do Conselho é a própria questão estatutária. [...] o nome do presidente é indicado pelo governador e apreciado pelo Conselho. “Apreciar” é um termo muito vago. Dá poderes, mas não dá nenhum poder”* (FACCIONI, 2005).

Faccioni cita também a falta de respaldo de uma assessoria técnica e jurídica, o que dificulta avaliações e pareceres na área tecnológica e na legalidade de ações como as relacionadas ao financiamento da Fundação (FACCIONI, 2005): *“[...] o Conselho não tem estrutura. A gente esbarra em questões técnicas e legais. O Conselho não tem respaldo de uma assessoria jurídica para fazer uma avaliação; quando se esbarra em questões de tecnologia, não tem como dar um suporte para dar respaldo. O Conselho esbarra, muitas*



vezes, nas limitações da própria TV. Por exemplo, a gente tem que ser realista, a TV tem condições precaríssimas”.

Regimentalmente, o Conselho deve organizar suas demandas através das quatro comissões permanentes (REGIMENTO..., 1997)<sup>84</sup>. A primeira constatação a esse respeito é de que elas não são realmente permanentes, mas aparecem “[...] em função de dar respostas” a questões surgidas internamente ou externamente<sup>85</sup> (BERGER, 2005). A comissão de programação teve uma atuação mais freqüente exatamente por estar ligada à programação, que dá visibilidade à Fundação, e por estar, segundo Márcia Escobar, dentre as principais funções do Conselho. Ainda assim ela também não teve o êxito esperado, pois poucas das recomendações foram aceitas pela direção executiva da Fundação: *“Propôs-se que alguns programas fossem tirados do ar, mas nunca tiveram nenhuma repercussão as solicitações da comissão. Nem no Conselho, nem na direção. Então era trabalho perdido”* (ESCOBAR, 2005).

Segundo Vitor Faccioni, no ano de 2005 as comissões foram reativadas e estão funcionando mais fluentemente *“Elas existiam de direito antes. Agora existem de fato”* (FACCIONI, 2005). As discussões são realizadas pelas comissões que repassam para os demais conselheiros apenas seu parecer. A seguir, todos os conselheiros deliberam sobre o parecer fornecido pela comissão (FACCIONI, 2005).

O quorum nas reuniões do Conselho passou por altos e baixos. Durante alguns períodos problemáticos, algumas das deliberações tiveram que ser adiadas repetidamente por não haver um número mínimo<sup>86</sup> de presenças nas reuniões do Conselho. O período

---

<sup>84</sup> Documento eletrônico. (As comissões permanentes e suas respectivas funções são abordadas no capítulo anterior).

<sup>85</sup> As questões externas exemplificam-se em denúncias e outras solicitações de espectadores ou instituições não vinculadas ao Conselho ou à Fundação.

<sup>86</sup> O número mínimo de conselheiros presentes para deliberação é 13, ou seja, maioria dos 25 conselheiros.

mais crítico aconteceu na primeira gestão do presidente Daniel Herz, quando as relações com a direção executiva da Fundação eram conflituosas: “[...] *teve essa sazonalidade. A direção estava tratando o Conselho com total desrespeito e isso repercutiu evidentemente no quorum*” (FACCIONI, 2005). O quorum demonstrou ser um instrumento para avaliar a atividade do Conselho: conforme o tipo de discussão e repercussão das ações do Conselho na Fundação, maior ou menor é o envolvimento dos seus membros: “[...] *é possível também que a mediação do Conselho tornasse algumas coisas abstratas, entende? Então, o dia-a-dia formulado pela produção e pela administração da TVE nem sempre era possível de se colocar no Conselho como uma discussão pertinente. Muitas vezes a gente tinha que endossar algumas coisas, mais do que colocá-las em discussão. E muitas das sugestões que foram feitas nem todas couberam dentro da grade de programação ou, até mesmo do espaço da discussão. Isso pode ter desestimulado alguns colegas de uma participação mais discreta e, por isso nós tivemos esses, digamos, prejuízos de comparecimento*” (OSTERMANN, 2005).

Christa Berger ressalta que, para a maioria dos conselheiros, o Conselho “[...] *não tem uma função de fato visível na estrutura da TV [...]*”, por isso o órgão “[...] *parece mais burocrático do que efetivamente um espaço político*”. Porém afirma que: “[...] *quando tem coisas polêmicas, parece que tem sentido participar*” (BERGER, 2005).

O Regimento Interno do Conselho não prevê suplência para os conselheiros, e isso é apontado como uma de suas falhas: “[...] *o Estatuto do Conselho estabelece um titular sem suplente. Todos os conselhos que eu conheço e [dos quais] participo, exceto o da Fundação, têm suplente. Isso gera incompatibilidade de prazos. Às vezes não tem quorum e, assim, não se pode trabalhar*” (FACCIONI, 2005).

A maior parte dos entrevistados associou a presença do conselheiro à dedicação pessoal, mais que à cobrança da entidade: “*Se a pessoa está disposta, quer colaborar, vai. Se não, por mais bem-intencionada que a entidade esteja, se o seu representante não comparece, coloca todo o trabalho por terra*” (VIEIRA DA CUNHA, 2005).

A impossibilidade de substituição, por questões regimentais, de entidades que não demonstram interesse em participar do Conselho também torna mais difícil atingir o quorum: “[...] *se tu somas esse aspecto [impossibilidade de substituição] com o aspecto das entidades que sequer nomeiam, somado com aquelas entidades que estão no meio termo, representantes que não são muito ativos, a soma dessa equação é que gera o problema de quorum [...]*” (FACCIONI, 2005).

Para a análise dessa pesquisa, foram obtidos apenas os dados de presença nas reuniões dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, mas estes são um indicativo da frequência geral das reuniões e uma amostra do posicionamento das entidades quanto ao seu comparecimento.

O gráfico do ano de 2002 (figura 4) demonstra o período de conflitos entre a direção executiva da Fundação e o Conselho e apresenta um elevado índice de ausências, registrando ausência de quorum em três momentos: 21 de janeiro, 13 de maio e 26 de agosto<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> Reunião extraordinária (Ata nº 80/2002).

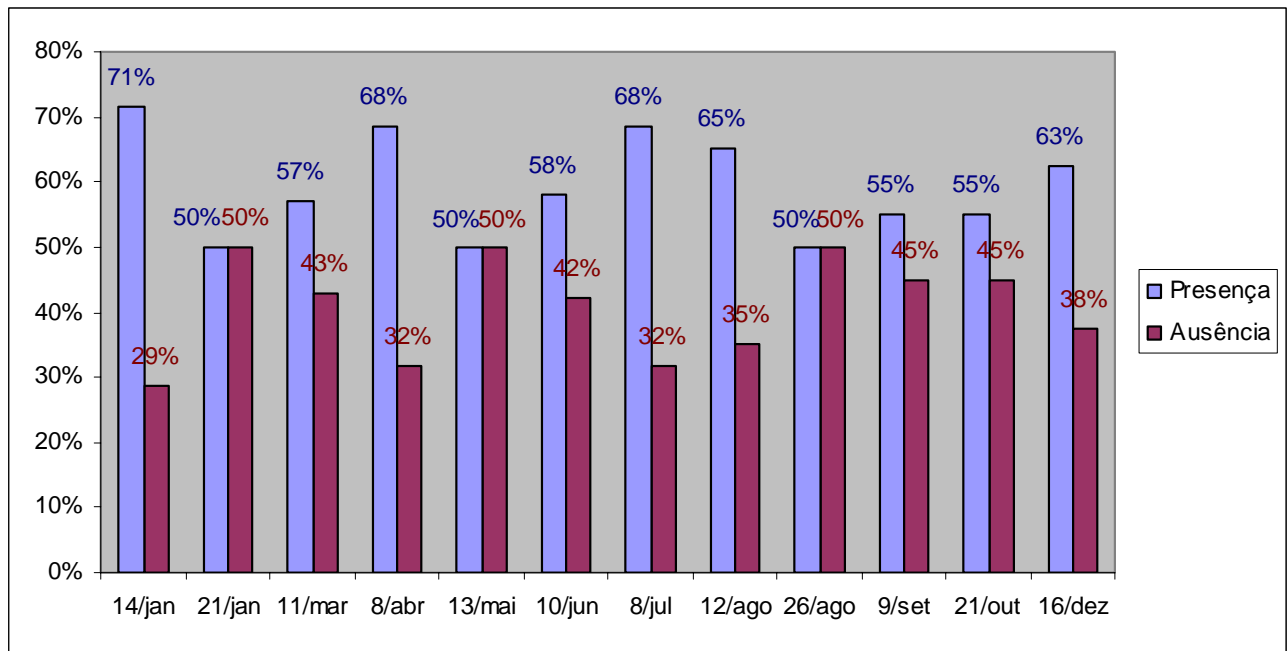


Figura 4: Gráfico de frequência nas reuniões do Conselho Deliberativo – 2002

Fonte: Dados obtidos na tabela de presença do ano 2002 fornecida pela secretaria do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini<sup>88</sup>.

O ano de 2003 foi marcado pela mudança na presidência da Fundação. Com o fim dos impasses com a direção executiva, o Conselho voltou a ter quorum satisfatório na maioria das reuniões. As exceções aconteceram nas reuniões de julho, no qual o número de presenças se igualou ao de ausências, e de novembro, à qual apenas oito conselheiros (36%) compareceram, como se pode ver na figura 5.

<sup>88</sup> Tabela disponível nos anexos deste trabalho.

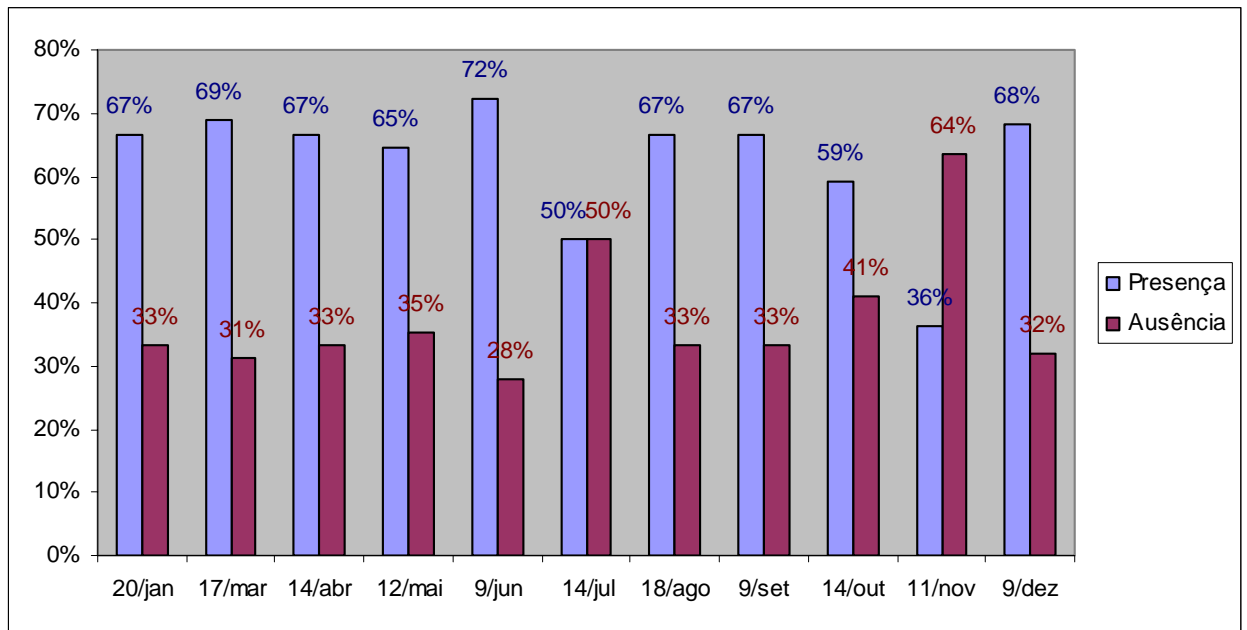


Figura 5: Gráfico de frequência nas reuniões do Conselho Deliberativo – 2003

Fonte: Dados obtidos na tabela de presença do ano 2003 fornecida pela secretaria do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini<sup>89</sup>.

O gráfico de frequência de 2004 (figura 6), último ano da gestão Daniel Herz, demonstra mais uma vez muitas ausências. Em quatro das onze reuniões não houve deliberações por falta de quorum. Este período foi marcado por uma desarticulação do Conselho ocasionada pela ausência freqüente do presidente da mesa, que não pôde comparecer em virtude de problemas pessoais (FACCIONI, 2005).

<sup>89</sup> Tabela disponível nos anexos deste trabalho.

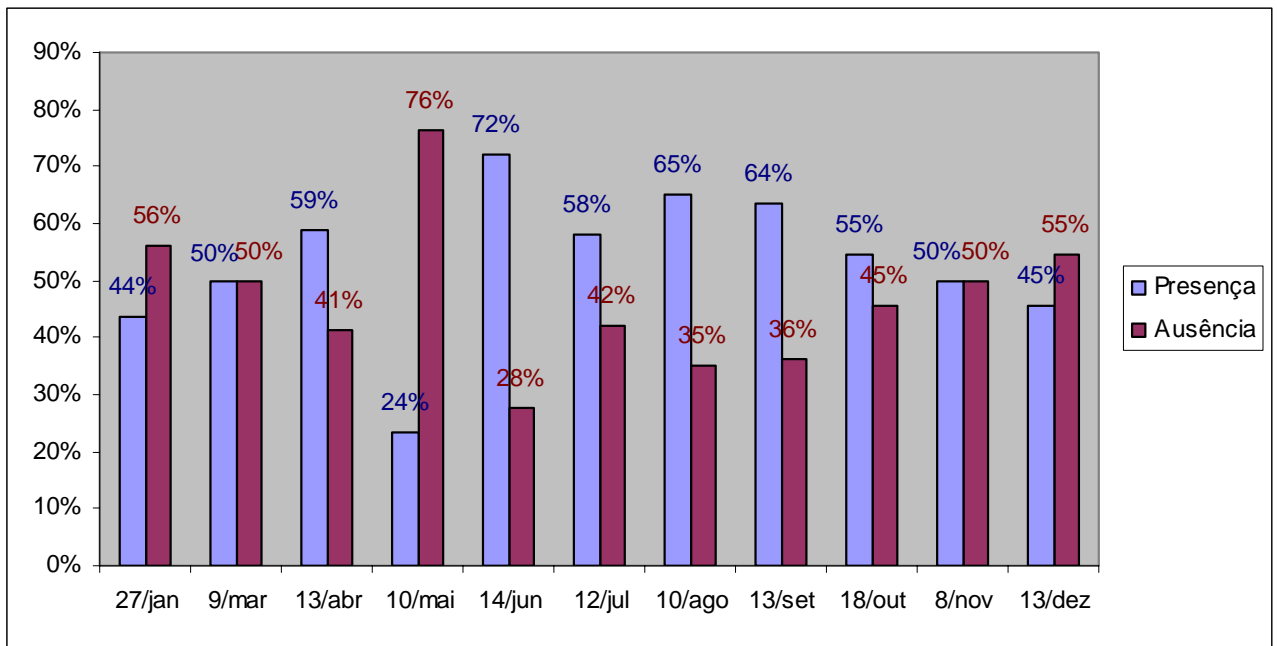
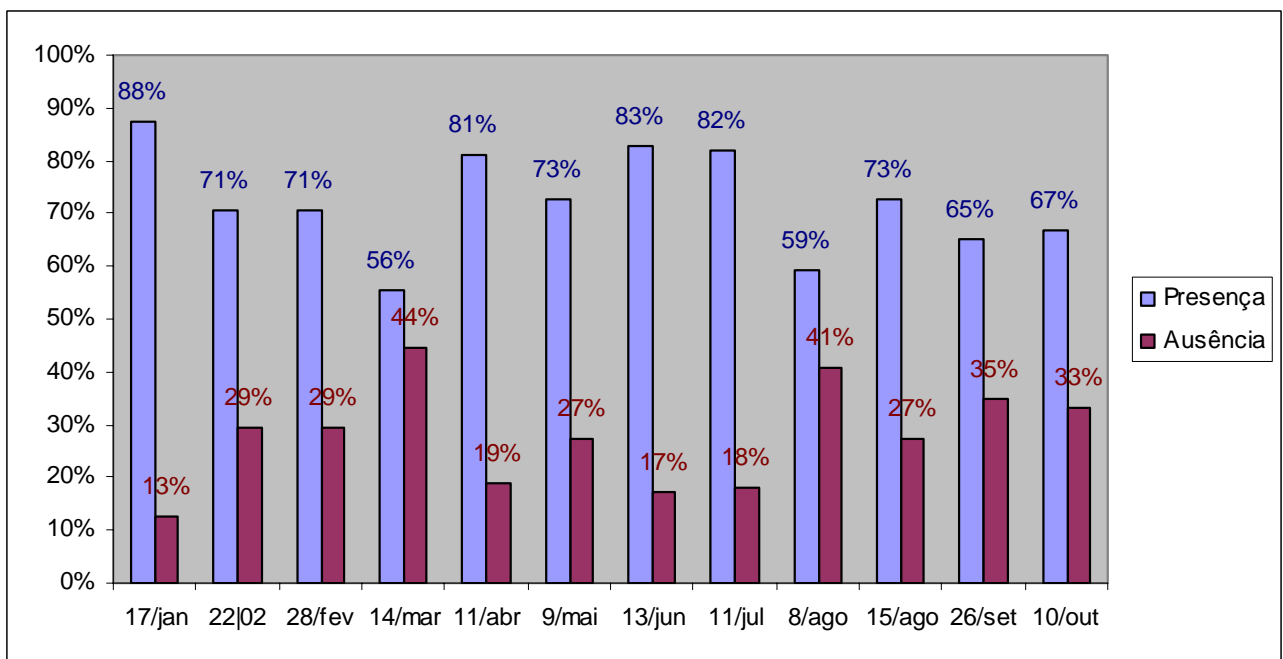


Figura 6: Gráfico de frequência nas reuniões do Conselho Deliberativo – 2004

Fonte: Dados obtidos na tabela de presença do ano 2004 fornecida pela secretaria do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini<sup>90</sup>.

A partir de 2005, a atividade do Conselho foi profundamente alterada. Com a posse de Vitor Faccioni, o Conselho passou por uma reorganização e obteve expressiva alteração nos índices de frequência de seus membros, os maiores desde 2002 (figura 7).



<sup>90</sup> Tabela disponível nos anexos deste trabalho.

Figura 7: Gráfico de frequência nas reuniões do Conselho Deliberativo – 2005

Fonte: Dados obtidos na tabela de presença dos meses de janeiro a outubro do ano 2005 fornecida pela secretaria do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini<sup>91</sup>.

Em geral, no ano de 2002 (figura 8), os conselheiros eleitos compareceram à maioria das reuniões<sup>92</sup>, confirmando o que afirmou Márcia Escobar ao dizer que os conselheiros eleitos demonstram maior participação no Conselho (ESCOBAR, 2005). Nota-se que algumas das entidades tiveram altos índices de participação, como o Fórum dos Reitores, os funcionários da Fundação, a ARP, a ARI, o SINPRO, o Sindicato dos Músicos e o Sindicato dos Jornalistas, enquanto outras tiveram índices irrisórios, como a FARSUL, a FIERGS, a FETAG, a APTC e a Secretaria Estadual de Cultura. A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa não indicou representante neste ano<sup>93</sup>. Pode-se concluir que as ausências e presenças do ano de 2002 se concentraram basicamente nas mesmas entidades.

---

<sup>91</sup> Tabela disponível nos anexos deste trabalho.

<sup>92</sup> Exceto o conselheiro Nelson Coelho de Castro.

<sup>93</sup> A não nomeação de representante é caracterizada no gráfico como 0% de presença e 0% de ausência.

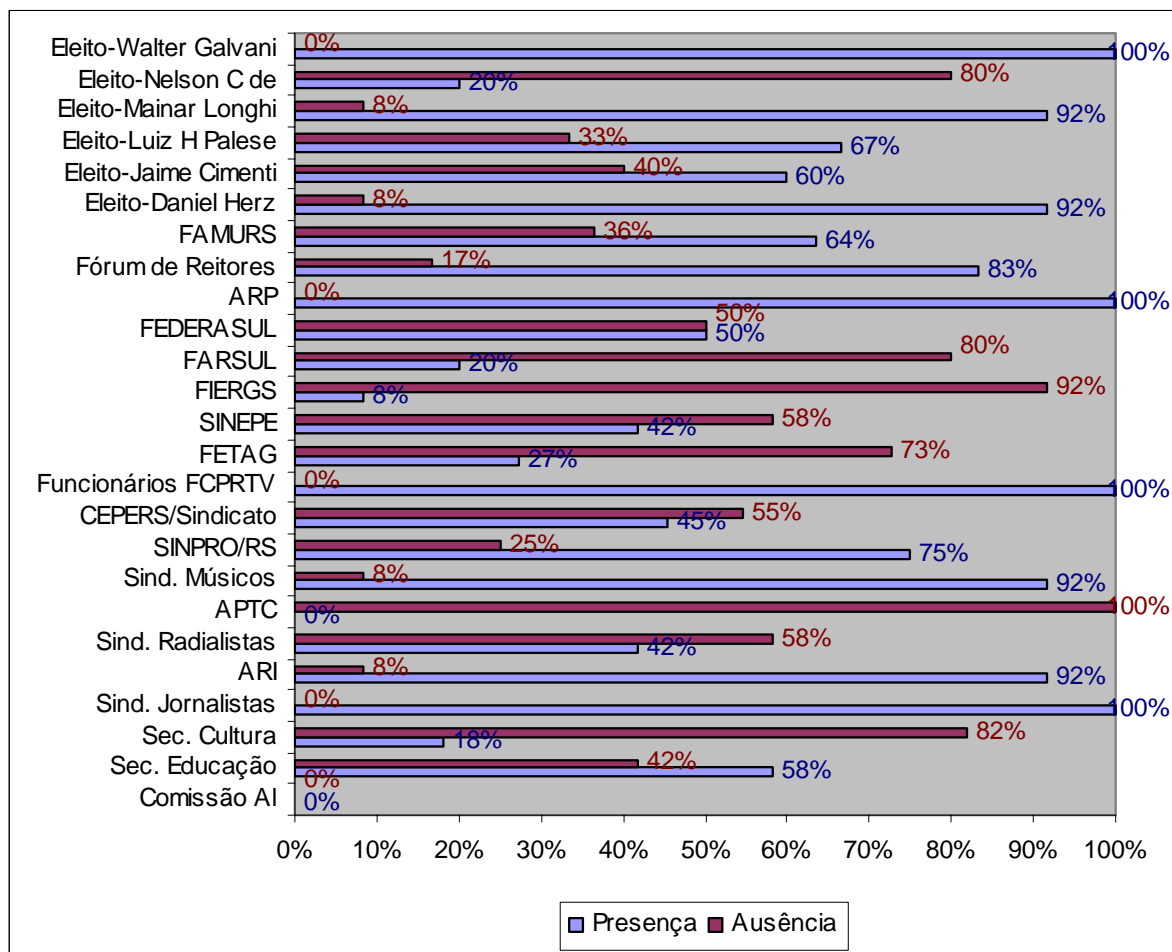


Figura 8: Gráfico de frequência dos conselheiros – 2002

Fonte: Dados obtidos na tabela de presença do ano 2002 fornecida pela secretaria do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini<sup>94</sup>.

Em 2003 os conselheiros eleitos tiveram uma queda de participação, observada em seus índices de frequência (figura 9). Apenas dois dos seis conselheiros eleitos compareceram à maioria das reuniões. As entidades que se destacaram pela presença foram a FEDERASUL, a FETAG, os funcionários da Fundação, o CPERS/Sindicato, o Sindicato dos Músicos, o Sindicato dos Radialistas, a ARI, o Sindicato dos Jornalistas e as Secretarias Estaduais de Cultura e Educação. As maiores ausências registradas foram dos representantes do SINEPE e da FIERGS, este com apenas uma presença. O Fórum de Reitores e a Comissão da Assembléia Legislativa não indicaram representantes.

<sup>94</sup> Tabela disponível nos anexos deste trabalho.



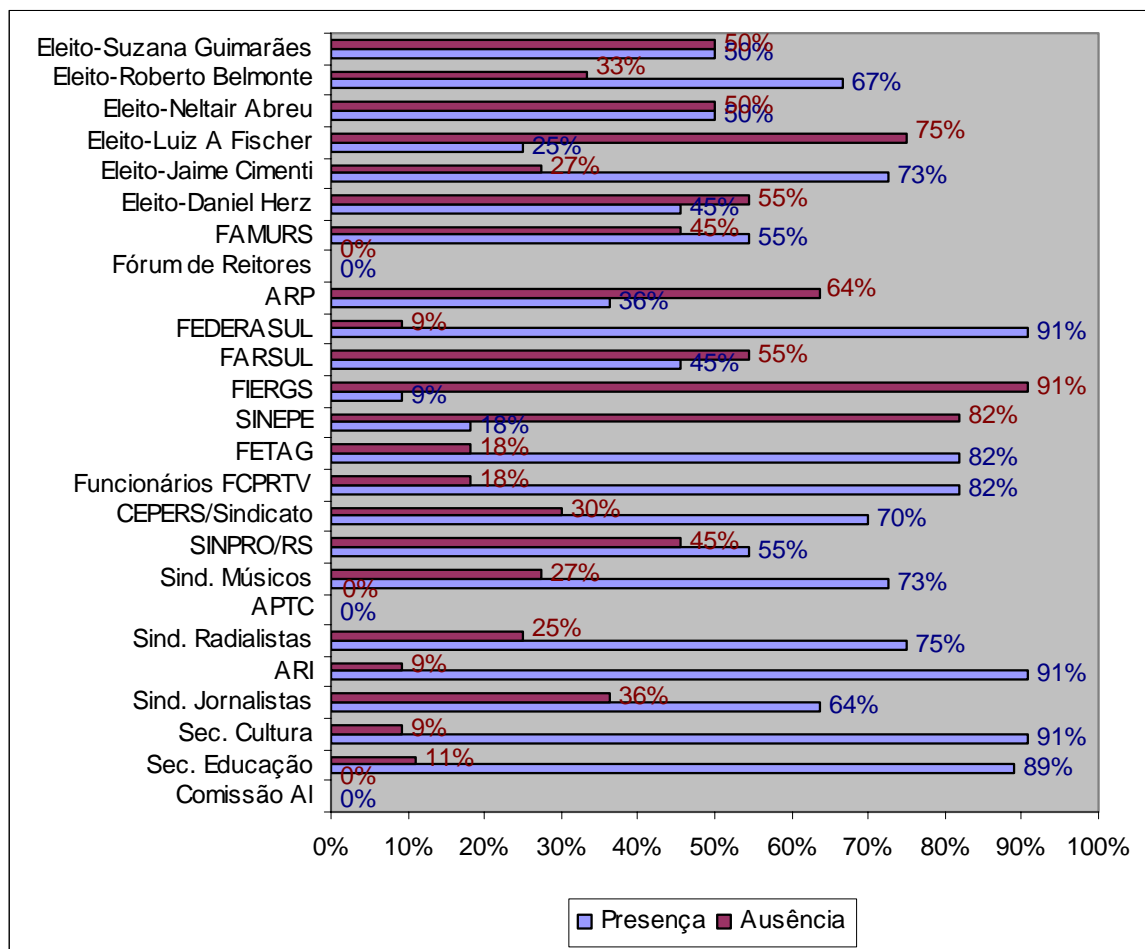


Figura 9: Gráfico de frequência dos conselheiros – 2003

Fonte: Dados obtidos na tabela de presença do ano 2003 fornecida pela secretaria do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini<sup>95</sup>.

Em 2004, apenas três dos conselheiros eleitos estiveram presentes na maioria das reuniões (figura 10). As entidades que se destacaram pela presença foram a FEDERASUL, o Sindicato dos Músicos, os funcionários da Fundação, o SINPRO, a ARI, o Sindicato dos Jornalistas e as Secretarias Estaduais de Educação e Cultura. Os índices de ausências mais significativos foram apresentados pela APTC, pela ARP, pela FARSUL, pela FIERGS (que não teve nenhuma presença) pelo SINEPE, pelo CEPERS/Sindicato e pelo Sindicato dos Radialistas. A FETAG não nomeou conselheiro após a saída de sua representante, que passou a ocupar uma vaga de conselheira eleita em 2004. A Comissão da Assembléia Legislativa também não nomeou representante.

<sup>95</sup> Tabela disponível nos anexos deste trabalho.

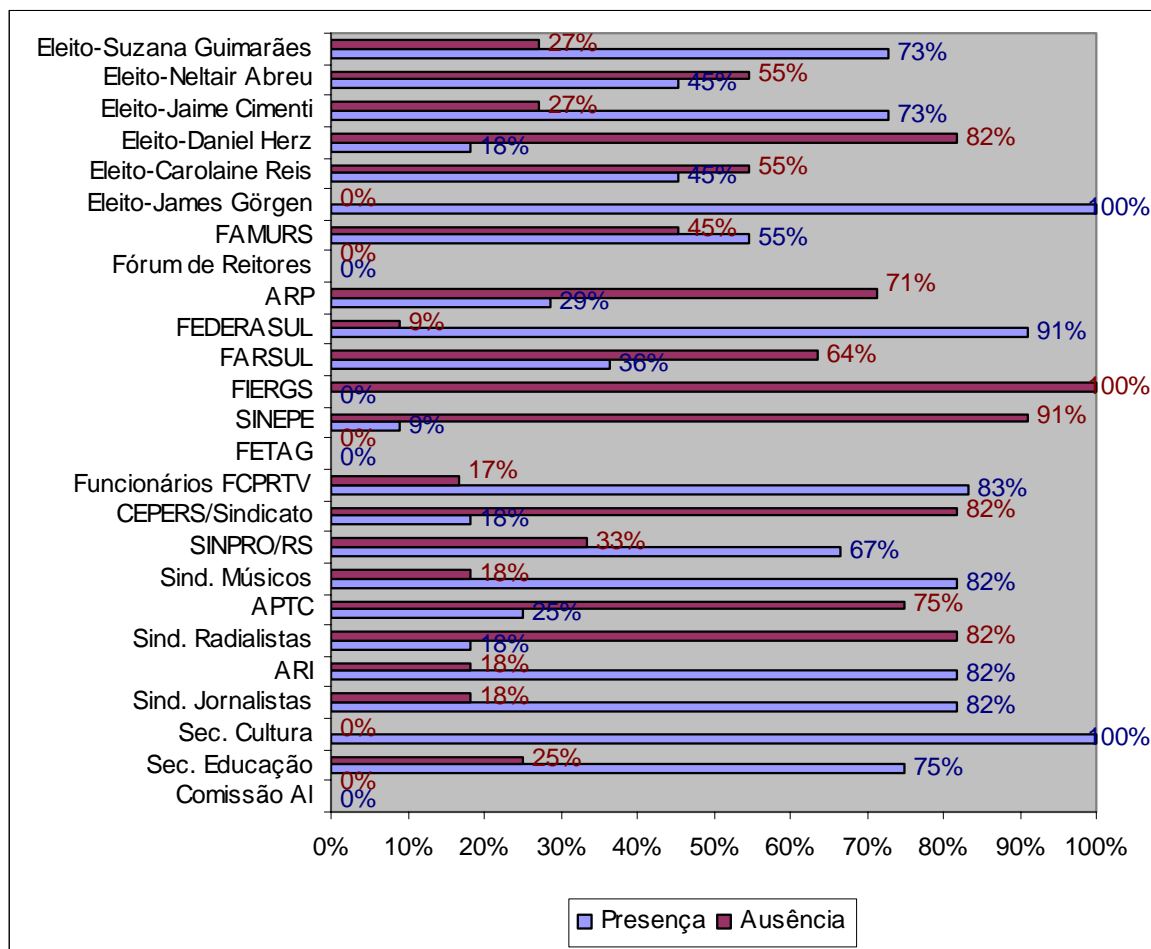


Figura 10: Gráfico de frequência dos conselheiros – 2004

Fonte: Dados obtidos na tabela de presença do ano 2004 fornecida pela secretaria do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini<sup>96</sup>.

O ano de 2005 apresenta importantes alterações também nos índices individuais de participação (figura 11). Embora apenas um dos conselheiros eleitos tenha sido substituído, a presença do grupo aumentou como um todo. O conselheiro Neltair Abreu (o cartunista Santiago), que vinha tendo baixo comparecimento, neste ano passou a freqüentar regularmente as reuniões. A FAMURS, por exemplo, manteve o mesmo representante, no entanto a sua presença aumentou significativamente no ano de 2005. Já a FIERGS também cresceu em presença, mas, provavelmente, deve-se à substituição do representante. O mesmo ocorreu com o Sindicato dos Radialistas. O Fórum dos Reitores, que nomeou sua representante em maio, o SINEPE, o CPERS/Sindicato, a Comissão da

<sup>96</sup> Tabela disponível nos anexos deste trabalho.

Assembléia Legislativa e a FETAG, sendo que as duas últimas, que não possuíam representante, não compareceram na maioria das reuniões. É importante lembrar que no ano de 2005 a presidência do Conselho foi assumida por Vitor Faccioni, um dos mais antigos conselheiros, que já havia sido secretário e vice-presidente da mesa diretora.

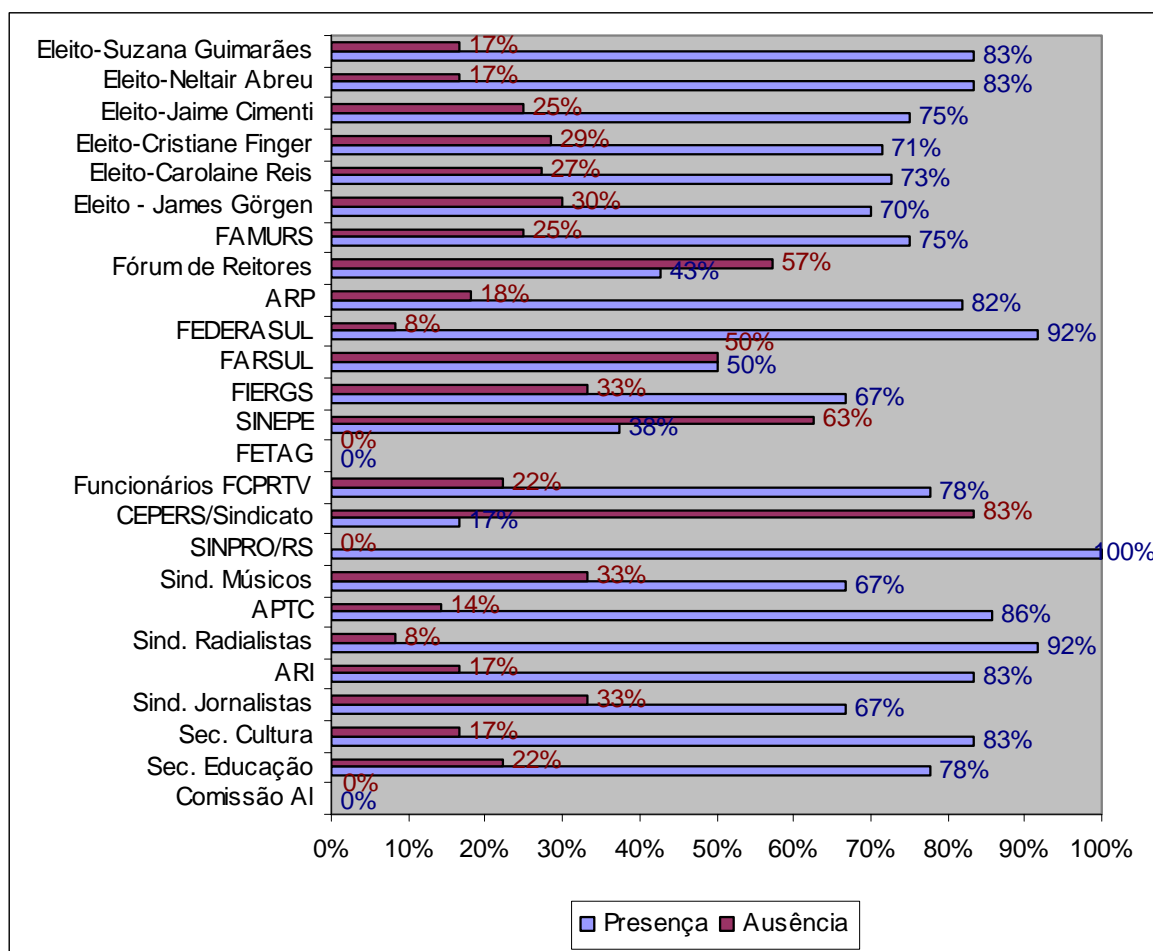


Figura 11: Gráfico de frequência dos conselheiros – 2005

Fonte: Dados obtidos na tabela de presença dos meses de janeiro a outubro do ano 2005 fornecida pela secretaria do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini<sup>97</sup>.

O gráfico da atuação do Conselho no ano de 2005 (figura 11), após Vitor Faccioni assumir a presidência do Conselho, demonstra avanços na superação dos problemas de frequência dos conselheiros às reuniões em relação aos gráficos dos anos anteriores. Porém, sob outro ponto de vista, pode demonstrar como o Conselho é sensível

<sup>97</sup> Tabela disponível nos anexos deste trabalho.

às influências ocasionadas pelo relacionamento com a direção executiva da Fundação e a alteração da postura de sua mesa diretora.

Algumas das mudanças que minimizariam os problemas apresentados anteriormente, como a falta de mobilidade de entidades representadas, a impossibilidade de exclusão de entidades que não indicam representantes, a inexistência de suplência para conselheiros e até mesmo a indicação do presidente da Fundação, dependem de alterações estatutárias e regimentais:

A gente discute muito essa questão [...]: como o Conselho pode rever essa condição em termos de Estatuto? Tudo se passa por Lei. Isso é muito demorado, é muito complexo e as alterações podem ser mais maléficas do que benéficas. Se você bota uma lei para aprovar, o que vai sair dali ninguém sabe. Na minha avaliação, a Lei que instituiu o Conselho foi muito positiva, apesar das deficiências, e se fizer uma proposição para alterar pode ficar até pior (FACCIONI, 2005).

O receio de Faccioni e do Conselho quanto à imprevisibilidade do texto final resultante das emendas e vetos da Assembléia Legislativa se justifica, pois, como aconteceu com o Estatuto da Fundação, aprovado em 1995, as alterações podem modificar completamente o projeto original. Assim, as discussões do Conselho quanto alteração estatutária permanecem no plano hipotético.

## 5 CONCLUSÕES

Analisando o histórico da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, o que se comprova é a situação de dependência extrema ao estado, que a coloca à mercê das políticas governamentais e partidárias. Embora o Conselho Deliberativo almejasse, em seus objetivos, sanar este problema, o cenário não foi alterado. Este vínculo entre a administração da Fundação e governo se dá através da nomeação da Diretoria Executiva e do financiamento via orçamento estadual. O Conselho Deliberativo foi decorrência de uma evolução que buscou atender às necessidades de estreitar as relações entre uma instituição pública e a sociedade e dinamizar estruturalmente a Fundação. Porém, o resultado prático foi a criação de um órgão burocrático que é frequentemente alijado das decisões administrativas sobre as quais deveria deliberar.

O Estatuto da Fundação não prevê, em seu texto, as funções para as quais o Conselho foi criado. Lá se encontram apenas as instruções para seu funcionamento. Para entender a que o Conselho se propõe, coube buscar tais atribuições no entendimento que seus conselheiros têm do órgão. As funções mencionadas pelos entrevistados demonstraram que essa indefinição do Estatuto resulta em opiniões diversas e, às vezes, até divergentes. Isso também pode ser observado na discussão sobre televisão pública presente nas reuniões do Conselho que, em muitos momentos, tem caráter elucidativo e não se aprofunda, sem proporcionar avanços na qualificação da TVE-RS. Os conselheiros que não têm uma orientação prévia da sua instituição quanto às funções do Conselho estão também desamparados pelo Regimento.

Identificou-se que o Estatuto relativiza alguns dos poderes de que o Conselho dispõe na medida em que o torna passivo diante das determinações do governo estadual e

das ações da direção executiva da Fundação. O Regimento Interno também restringe a representação da sociedade, já que não permite ao Conselho ter autonomia substituir entidades que não demonstrem comprometimento com a Fundação. Antes da sua elaboração, o Regimento era considerado uma “bengala”, já que o Conselho se dizia capaz de trabalhar amparado no “bom senso” de seus integrantes. Depois de sua aprovação, tornou-se um obstáculo: apesar de ter sido identificada a necessidade de uma alteração estatutária, que poderia sanar esses problemas, o Conselho não a vê como uma alternativa segura. O receio é justificado diante da imprevisibilidade das alterações que seriam aprovadas pela Assembléia Legislativa, já que ela tem poderes de fazer emendas e vetar artigos do texto apresentado.

O não comprometimento de algumas entidades pode ser observado na ausência de quorum nas reuniões, uma situação resultante de, principalmente, dois fatores: a postura das entidades membro, que é heterogênea e nem sempre orienta e valoriza a participação de seus representantes; e os momentos políticos vivenciados pelo Conselho, que estimulam ou não a participação. Algumas das entidades integrantes do Conselho aparentemente não têm uma cultura de representação política e não possuem uma discussão a respeito de televisão pública, o que, provavelmente, faz com que seus indicados não apresentem efetivamente os posicionamentos da classe que representam. As entidades precisam explicitar um claro posicionamento junto ao Conselho para garantir que uma possível suplência, citada como parte da solução do problema de quorum, não justifique ao eventual suplente falta de condições de acompanhar os temas em discussão.

O governo apresenta duas formas de exercer poder sobre o Conselho: uma direta, através dos assentos que possui, e outra indireta, por meio das entidades que dividem com ele a mesma visão política, e não desejam criar nenhum conflito político.

Mesmo dispondo nominalmente de apenas dois assentos<sup>98</sup> dentre os vinte e cinco do Conselho, o governo provoca nos conselheiros a impressão de ter mais, já que seu poder se estende além de sua representação.

A sociedade não está bem representada no Conselho visto que, além das instituições diretamente ligadas à comunicação e à educação (Secretarias Estaduais de Educação e Cultura, Fórum Estadual de Reitores, Sindicato dos Jornalistas, ARI, Sindicato dos Radialistas, APTC, Sindicato dos Músicos, SINEPE, SINPRO, CPERS/SINDICATO, ARP, Funcionários da Fundação Cultural Piratini), só se fazem representar entidades ligadas ao setor econômico (FIERGS, FARSUL, FEDERASUL, FETAG). O redirecionamento das seis vagas eleitas para os setores sociais sem representação desvirtua a natureza do cargo de conselheiro eleito, visto que este não responde por entidade alguma, ainda que esteja ligado pessoalmente a setores da sociedade, não atendendo plenamente a representação desses setores. Também não há meios de uma instituição que tenha interesse em participar se candidatar a uma vaga no órgão.

O debate conceitual de televisão pública no Conselho é descolado das questões mais pragmáticas, como aprovação de contratos, captação de recursos e programação, quando deveria permeá-las. Isso pode ser ocasionado pela constante renovação de seus membros, o que não permite que o grupo elabore princípios consensuais e evolua nesta discussão. Os documentos de diretrizes para a Fundação, embora bem elaborados, não foram postos em prática nem serviram para orientar os trabalhos da comissão de programação em discussões sobre a adequação de programas. As diretrizes comprometem a Fundação a conscientizar os setores organizados da sociedade quanto ao papel estratégico da comunicação, no entanto, nem mesmo o Conselho, integrado por alguns destes setores, consegue ter claramente noção deste papel. A idéia de constituir um pólo de elaboração

---

<sup>98</sup> Correspondentes às Secretarias Estaduais de Educação e Cultura.

teórico-científica sobre televisão a partir da Fundação, prevista nas diretrizes elaboradas pelo Conselho, não encontra ambiente para desenvolvimento. Talvez essa elaboração tivesse encontrado o ambiente propício nos seminários tantas vezes mencionados nas atas das reuniões do Conselho, se estes encontros tivessem de fato acontecido com ampla participação dos funcionários da casa, dos conselheiros e da sociedade em geral.

Os planejamentos de programação, quando apresentados pela direção executiva da Fundação, não são construídos com base nas diretrizes, mas sim nos projetos que cada governo entende serem apropriados. Isso gera um impasse no Conselho que se obriga a avaliar a programação após ser veiculada. Além disso, há uma visão errônea dos produtores de que a qualidade está condicionada à disponibilidade de recursos. Alternativas de qualidade não dependem exclusivamente do montante investido, e sim da boa elaboração e relevância social dos projetos, resultantes de uma visão mais abrangente de televisão pública.

As comissões, por sua vez, tiveram uma revitalização no ano de 2005, mas demonstraram falta de articulação em quase todo o período analisado, principalmente quando fogem do âmbito do debate da programação. Talvez a razão seja exatamente a falta de respaldo técnico do Conselho para deliberar sobre questões específicas de legislação, tecnologia e administração.

Conclui-se, assim, que a instalação do Conselho foi um primeiro passo para a abertura da Fundação à discussão do trabalho por ela desenvolvido. O Conselho proporcionou um avanço, tornando constantes as discussões sobre as finalidades das emissoras da Fundação como veículos com responsabilidade perante a sociedade e a televisão que é feita segundo essas finalidades. No entanto, há que se superar muitos



problemas de ampla natureza. Assim como a própria Fundação, o Conselho tem um longo caminho em busca de sua autonomia.

Ainda, apontam-se algumas questões relevantes que não encontraram espaço nesta pesquisa em virtude do recorte do tema. As alterações que eventualmente tenham ocorrido na programação da TVE-RS após a instalação do Conselho; a discussão mais aprofundada das pautas que permearam as reuniões e encontros promovidos pelo órgão; as relações internas do Conselho; e as diferentes expectativas de cada entidade quanto ao Conselho são temas que merecem aprofundamento. Essas e outras questões ficam como proposição para um estudo posterior para o qual este trabalho espera ter fornecido elementos.

## REFERÊNCIAS

ABAIXO-ASSINADO pede permanência de Rospide na FM Cultura. **Coletiva.net**. Porto Alegre, 21 out. 2005. Disponível em: <<http://www.coletiva.net/noticiasDetalhe.php?idNoticia=12749>>. Acesso em 25 out.2005.

ACHUTTI, Lúcia. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública: análise da programação da TVE/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

ATA da reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão. **Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão**, nº 01/1995 a 112/2005. Porto Alegre, Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão. Disponível em: <[http://www.tve.com.br/institucional/conselhodeliberativo/menu\\_atasdereuniao.php](http://www.tve.com.br/institucional/conselhodeliberativo/menu_atasdereuniao.php)>. Acesso em 20 set. 2005.

BERGER, Christa. Porto Alegre, RS, 28 out. 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Edna Miola.

BRASIL, Janice. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública: análise da programação da TVE/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

BRITTOS, Valério Cruz; LOBATO, Daniela Hoffmann. **TVERS: Estado, mercado e a missão do serviço público**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26. 2003, Belo Horizonte . Disponível em: <[http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003\\_NP07\\_brittos.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003_NP07_brittos.pdf)>. Acesso em 20 set. 2005.

BRUXEL, Laerson. **O CDES na mídia: gênese de uma esfera pública política na disputa pela opinião pública**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2005. 132 p. (dissertação de mestrado)

CAMPANHA defende trabalhadores da TVE e FM Cultura. **Jornal da CUT RS**. Porto Alegre: Central Única dos Trabalhadores, junho/julho de 2005. n 43, ano XI, p. 03. Disponível em: <[http://cutrs.tmweb.com.br/docs/jornal\\_julho.pdf](http://cutrs.tmweb.com.br/docs/jornal_julho.pdf)>. Acesso em 20 set. 2005.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL do Rio Grande do Sul: atualizada até a Emenda Constitucional nº 48 de 28 de fevereiro de 2005. Porto Alegre, **Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em 21 set. 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA Federativa do Brasil: texto consolidado até a Emenda Constitucional n. 48 de 10 de agosto de 2005. Brasília, **Senado Federal**. Disponível em: <[www.senado.gov.br/sf/legislacao/const](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const)>. Acesso em 20 set. 2005.

DECRETO-LEI Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0236.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0236.htm)>. Acesso em 24 nov. 2005.

DIRETRIZES para as emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão. **Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão**. Porto Alegre, Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, 1999a. Disponível em: <[http://www.tve.com.br/institucional/conselhodeliberativo/menu\\_diretrizesgerais.php](http://www.tve.com.br/institucional/conselhodeliberativo/menu_diretrizesgerais.php)>. Acesso em 20 set. 2005.

DIRETRIZES para a elaboração de programação das emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão. **Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão**. Porto Alegre, Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, 1999b. Disponível em: <[http://www.tve.com.br/institucional/conselhodeliberativo/menu\\_diretrizesdeprogramacao.php](http://www.tve.com.br/institucional/conselhodeliberativo/menu_diretrizesdeprogramacao.php)>. Acesso em 20 set. 2005.

DINES, Alberto. Toda mídia é pública. In: CARMONA, Beth (org.). **O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade**. Rio de Janeiro, TVE Brasil, 2003. 128 p. p. 16-19.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, Atlas, 2005. p. 62-83.

ESCOBAR, Márcia. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública: análise da programação da TVE/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

ESCOBAR, Márcia. Porto Alegre, RS, 26 out. 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Edna Miola.

ESTATUTO da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão. **Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão**. Porto Alegre, Palácio Piratini, 1995. Disponível em: <[http://www.tve.com.br/institucional/leieestatuto/menu\\_leieestatuto.php](http://www.tve.com.br/institucional/leieestatuto/menu_leieestatuto.php)>. Acesso em 20 set. 2005.

FACCIONI, Vitor Zatti. Porto Alegre, RS, 27 out. 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Edna Miola.

FALGETANO, Edylita. Educativas tentam se viabilizar. **Revista Tela Viva**. São Paulo, Glasberg Assessoria, n. 57, p. 10-13, abril 1997.

FEDRIZZI, Alfredo. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública: análise da programação da TVE/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

FIGUEIREDO, Terezinha. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública: análise da programação da TVE/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

FRADKIN, Alexandre. Histórico da TV Pública/Educativa no Brasil. In: CARMONA, Beth (org.). **O desafio da TV pública**. Rio de Janeiro, TVE Rede Brasil, 2003. 128p. p. 56-62.

FURTADO, Jorge Alberto. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública**: análise da programação da TVE/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

JAMBEIRO, Othon. **Regulando a TV**: uma visão comparativa no Mercosul. Salvador, EDUFBA, 2000. 228 p.

JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública**: análise da programação da TVE/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das câmeras**: relação entre cultura, Estado e televisão. São Paulo, Summus, 1988, 101 p.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A Melhor TV do Mundo**: o modelo britânico de televisão. São Paulo, Summus, 1997. 107 p.

LOBATO, Daniela. **TVE-RS**: a televisão estatal entre a missão de serviço público e o mercado. Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2004. 217 p. (Dissertação de mestrado).

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, Atlas, 2005. p. 269-279.

NO AR: um projeto em construção: contribuição à memória TVE e FM Cultura. **Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão**. Porto Alegre, Fundação Piratini Rádio e Televisão, 2002, 116 p.

NORBERTO, Cândido. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública**: análise da programação da TVE/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

ORLANDI, Rosana. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública**: análise da programação da TVE/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

OSTERMANN, Ruy Carlos. Porto Alegre, RS, 7 nov. 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Edna Miola.

PORCELLO, Flávio. **TV Universitária**: limites e possibilidades. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. 146 p. (Coleção Comunicação, 18).

PORTELLA, Emília. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública: análise da programação da TVE/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

REGIMENTO Interno. **Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão**. Porto Alegre, Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, 1997. Disponível em:

<[http://www.tve.com.br/institucional/conselhodeliberativo/menu\\_regimentointerno.php](http://www.tve.com.br/institucional/conselhodeliberativo/menu_regimentointerno.php)>. Acesso em 20 set. 2005.

RENNER, Sônia. Depoimento. In: JORGE, Jairo. **A cidadania em uma TV Pública: análise da programação da TVE/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1993. 159 p. (Monografia).

RINCÓN, Omar. A televisão: o mais importante, do menos importante. In: RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo, Friedrich-Ebert-Stiftung, Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002. 351 p. p. 13-39.

RODOLFO Rospide desmente saída da direção da FM Cultura. **Associação Riograndense de Imprensa**. Porto Alegre: Associação Riograndense de Imprensa, 21 out. 2005. Disponível em <<http://www.ari.org.br/artigo.asp?Cod=2284>>. Acesso em 25 out. 2005.

SILVA, Mario Ronaldo Oliveira da. Porto Alegre, RS, 8 nov. 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Edna Miola.

SPERBER, George Bernard. Televisão Educativa hoje: análise, perspectivas, sonhos. **Revista Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 117, n. 80/81, p. 70-73, jan./abr. 1988.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, Atlas, 2005. p. 51-61.

VIEIRA DA CUNHA, José Antônio Dios. Porto Alegre, RS, 19 out. 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Edna Miola.

ZOGBI, Liana. Porto Alegre, RS, 13 out. 2005. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a Edna Miola.

## **ANEXOS**

1. Tabela de presença das reuniões do Conselho Deliberativo do ano de 2002.
2. Tabela de presença das reuniões do Conselho Deliberativo do ano de 2003.
3. Tabela de presença das reuniões do Conselho Deliberativo do ano de 2004.
4. Tabela de presença das reuniões do Conselho Deliberativo do ano de 2005.







### Anexo 3: Tabela de presença das reuniões do Conselho Deliberativo do ano de 2004

NÚMERO DA REUNIÃO	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
DATA DA REUNIÃO	27/jan	9/mar	13/abr	10/mai	14/jun	12/jul	10/ago	13/set	18/out	8/nov	13/dez
CONSELHEIRO											
Sind. Músicos - Adair Batista Antunes	P	P	P	AJ	P	P	P	P	P	AJ	P
ARP - Airton Rocha					P	A	P	A	A	A	A
Func. Fundação - Alexandre Fonseca						P	P	P	P	P	A
Eleito - James Görgen							P	P	P	P	P
Eleito - Carolaine G.Reis	A	A	A	A	P	P	AJ	P	P	P	AJ
Eleito - Daniel Herz	AJ	AJ	P	AJ	AJ	AJ	AJ	P	AJ	AJ	AJ
ARI - Ercy Pereira Torma	P	P	P	P	P	P	AJ	P	P	P	AJ
SINEPE - Hilário Bassotto	A	A	P	AJ	AJ	AJ	AJ	AJ	AJ	AJ	AJ
Sec. Cultura - Hans Peter Gervy	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Eleito - Jaime Ciment	A	A	P	A	P	P	P	P	P	P	P
Sind. Jornalistas - José Carlos Torves	P	P	P	AJ	P	P	P	P	P	AJ	P
Sind. Radialistas - Miguel Pinto	A	P	A	A	A	P	A	A	A	A	A
Sec. Educação - Izabel Becker								P	A	P	P
APTC - Mário Nascimento								P	AJ	A	AJ
SINPRO - Norberto S.Vieira			P	AJ	P	AJ	P	AJ	P	P	P
FIERGS - Nikão Duarte	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
FARSUL - Nestor Hein	A	A	AJ	AJ	P	P	AJ	AJ	AJ	P	P
Eleito - Neltair Abreu(Santiago)	P	A	A	A	P	AJ	P	P	P	A	A
CPERS - Rosângela Sperotto	AJ	P	AJ	AJ	AJ	AJ	P	AJ	AJ	AJ	AJ
FAMURS - Tania Kirst	A	P	A	A	P	P	P	A	P	AJ	P
Eleito - Suzana Guimarães	P	AJ	P	P	P	AJ	P	P	P	P	AJ
FEDERASUL - Vitor Zatti Faccioni	P	P	P	P	P	P	P	P	AJ	P	P

#### Anexo 4: Tabela de presença das reuniões do Conselho Deliberativo do ano de 2005

NÚMERO DA REUNIÃO	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117
DATA DA REUNIÃO	17/jan	22/02	28/fev	14/mar	11/abr	9/mai	13/jun	11/jul	8/ago	15/ago	26/set	10/out
<b>CONSELHEIRO</b>												
Sind. Músicos - Adair Batista Antunes	P	AJ	AJ	P	A	P	P	P	AJ	P	P	P
ARP - Airton Rocha	F	P	P	P	P	P	A	P	P	P	A	P
Func. Fundação - Nilton Schuler	P	P	P	AJ	P	P	P				P	A
Eleito - James Görgen	P	P		AJ	P	P	P	P	AJ	P	AJ	
Eleito - Carolaine G.Reis	P	P	P	P	AJ	P	P	P	AJ	AJ	P	
Eleito - Cristiane Finger						P	P	P	P	AJ	P	AJ
ARI - Ercy Pereira Torma	P	P	P	P	P	A	P	P	P	P	P	A
SINEPE - Osvino Toillier					P	P	P	AJ	AJ	AJ	AJ	AJ
Sec. Cultura - Hans Peter Gervy	P	AJ	P	AJ	P	P	P	P	P	P	P	P
Eleito - Jaime Cimentí	P	AJ	P	P	P	P	P	A	A	P	P	P
Sind. Jornalistas - José Carlos Torves	P	P	A	A	A	P	P	P	P	AJ	P	P
Sind. Radialistas - Walmor Sperinde	P	P	P	A	P	P	P	P	P	P	P	P
Sec. Educação - Maria L.Borges				P	P	AJ	P	P	P	P	AJ	P
APTC - Guilherme Castro					P		P	P	A	P	P	P
FIERGS - Mário Ronaldo da Silva	P	AJ	A	P	P	P	P	AJ	P	P	AJ	P
SINPRO - Ângelo E.Prando			P		P	P	P	P	P	P	P	P
FARSUL - Nestor Hein	AJ	P	P	AJ	P	AJ	AJ	P	P	AJ	P	AJ
Eleito - Neltair Abreu(Santiago)	P	P	A	A	P	P	P	P	P	P	P	P
CPERS - Rosângela Sperotto	A	AJ	A	P	P	AJ	A	A	A	A	A	A
FAMURS - Tania Kirst	P	P	P	AJ	AJ	AJ	P	P	P	P	P	P
Fórum Reitores - Sandra Pesavento						P	AJ	P	AJ	P	A	A
Eleito - Suzana Guimarães	P	P	P	P	P	AJ	P	P	P	P	AJ	P
FEDERASUL - Vitor Zatti Faccioni	P	P	P	P	P	P	P	P	AJ	P	P	P